> RETAB - 000100 <

LIDO
Em 10/04/13
Secretário(a) do Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado JOE VALLE – PSB

REQUERIMENTO Nº RQ 2256 /2013
(Do Senhor Deputado Joe Valle)

Requer a realização de Sessão Solene no dia 28 de maio de 2013, em comemoração aos 50 anos do Centro de Ensino Médio Setor Leste.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do Art. 124 do Regimento Interno, venho à honrosa presença de Vossa Excelência requerer a realização de Sessão Solene no dia 28 de maio de 2013, em comemoração aos 50 anos do Centro de Ensino Médio Setor Leste.

JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Ensino Médio Setor Leste foi a Escola Destaque Distrital no Prêmio de Gestão Escolar 2012 e em seu cinquentenário desejamos homenagear o centro de ensino por onde passaram milhares de estudantes.

A estrutura do Setor Leste deve servir de base para as demais escolas públicas no Distrito Federal e reconhecer seu papel na educação em Brasília é proporcionar melhores condições para quem se dedica à boa gestão educacional.

É uma homenagem digna e justa, da qual a Câmara Legislativa muito se honra, merecendo por isso ser aprovado o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado JOE VALLE
PSB

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS: 21/5/13
HORA: 11 LOCAL: Ex 7

ASSESSORIA DE TRAMITAÇÃO E DISTRIB. 09/Abr/2013 18:12

> DETAB - 000101 <

LIDO
Em 10/04/13

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº RQ 2257 /2013
(Do Sr. Deputado Chico Vigilante e outros)

Requer a realização de Audiência Pública em ~~de~~ 26 de abril de 2013 para discutir problemas e soluções a respeito do Parque Ecológico da Ceilândia/DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 85 e 239 a 241 do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública em 26 de abril de 2013, às 15 horas, para discutirmos problemas e soluções a respeito do Parque Ecológico da Ceilândia na Escola Técnica de Ceilândia na QNN 14, Área Especial, Guariroba - Ceilândia/DF.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 17 de março de 2013, o deputado Chico Vigilante teve a oportunidade de participar, na companhia dos funcionários do seu gabinete, bem como de ambientalistas e dirigentes da Associação Amigos do Parque Ecológico da Ceilândia, de caminhada naquele local.

Também conhecido como Parque Metropolitano, o Parque Ecológico da Ceilândia está situado entre as cidades de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. A entrada de acesso à área fica próxima ao campus da UnB e da Estação do Metrô de Ceilândia Sul.

O parque apresenta grandes problemas de degradação, como o lixo que se acumula às margens do rio e das cachoeiras, o entulho é arrastado pelas águas, resíduos dos descartes das comunidades que vivem nos setores localizados nas proximidades do parque e, principalmente, vem sendo usado como área de transbordo de carroceiros e disk entulhos.

O tema, portanto, constitui matéria de extrema relevância que merece a atenção desta Casa. Essa discussão pública é fundamental, pois precisamos garantir a regularização e a definição dessa área ambiental, um habitat riquíssimo de espécies ameaçadas.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Deputados para a realização dessa Audiência Pública.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2013.

> DETAB - 000102 <

Deputado Chico Vigilante

Deputada Arlete Sampaio

Deputado Agaciel Maia

Deputado Aylton Gomes

Deputado Benedito Domingos

Deputada Celina Leão

Deputado Chico Leite

Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Christiano Araújo

Deputado Dr. Michel

Deputada Eliana Pedrosa

Deputado Evandro Garla

Deputado Israel Batista

Deputado Joe Valle

Deputada Liliane Roriz

Deputada Luzia de Paula

Deputado Olair Francisco

Deputado Patrício

Deputado Raad Massouh

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rôney Nemer

Deputado Washington Mesquita

Deputado Wasny de Roure

Deputado Wellington Luiz

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
26/4/13
HORA: 15h LOCAL: Cafeteria

Paulo Barbosa Pacheco
Assessor Legislativo - Cerimonial
Mat.: 11.830-40

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 | 04 | 2013	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 26ª
(VIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE ABRIL DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil inteiro está falando do tomate. Já houve momento neste país, Deputado Benedito Domingos, em que o tema da inflação foi o chuchu. Agora, trata-se da inflação gerada pelo tomate. E, na verdade, as explicações que estão sendo dadas pelos produtores não têm absolutamente nenhuma verdade a respeito dos fatos. Começaram dizendo que a culpa era da chuva, porque estava chovendo demais. Mas eu assisti na noite de ontem, no noticiário da *TV Globo,* que, na divisa do Brasil – a cidade de Foz do Iguaçu de um lado e do outro lado a cidade de Porto Iguaçu –, o tomate do lado de cá do Brasil está custando oito reais, e o tomate do lado de lá, em Porto Iguaçu, custa três reais. A chuva é a mesma, o clima é o mesmo, a terra é a mesma. Só há uma linha imaginária separando, Deputado Benedito Domingos.

Portanto, o que está havendo no Brasil neste momento é a ganância dos produtores. Aqueles que querem cada vez ganhar mais. Não é possível que 1 quilo de tomate venha a custar mais que 1 quilo de picanha. Porque já tem produtor de tomate dizendo que o preço do tomate tem que chegar de doze a dezenove reais o quilo. Isso é o que podemos classificar de absurdo. Não é possível que essa situação continue desse jeito.

Portanto, eu acho que seria fundamental que – o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil –, ao se liberar os financiamentos, dentro desses financiamentos houvesse a obrigatoriedade de que uma parte desses recursos fossem aplicados na produção de gêneros de primeira necessidade, de hortaliças. Não podemos assistir a isso passivamente. Eu gosto muito de tomate, mas estou com vontade de conclamar a sociedade brasileira a parar de comer tomate.

Deputado Agaciel Maia, vamos deixar esses tomates apodrecerem, porque à medida que não houver demanda, certamente o preço cairá. O que não pode é que os produtores aproveitem o financiamento do Banco do Brasil e quando vem a seca ainda tenham o seguro safra, que é o que garante que eles não terão que pagar o empréstimo e, neste momento, se aproveitem exatamente para terem uma maior lucratividade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero parabenizar V.Exa. pelo seu pronunciamento de hoje à tarde. É muito difícil especular com bens perecíveis, como é o caso do tomate. Nós sabemos

que o processo inflacionário se dá quando a procura por um determinado bem ou produto – tomate, qualquer hortaliça ou mesmo frutos – se dá quando o excesso de procura é maior do que a demanda. Eu acho estranho, porque o que pode caracterizar uma elevação de preços nesse caso, realmente podem ser problemas climáticos. Talvez não em Foz do Iguaçu, porque talvez o pessoal de lá ficou sabendo que o tomate subiu aqui no Brasil por excesso de chuva, pois sabemos que a chuva prejudica a produção de tomate. Então, como o preço do tomate subiu aqui em Brasília, o preço do tomate também teria que aumentar nos outros estados do País, porque geralmente existe essa cultura. Mas não dá para especular com o tomate. Nós sabemos que não é um produto que você pode colocar em uma prateleira e esperar o seu preço subir. E nem podemos fazer o armazenamento do tomate.

Portanto, acho que isso é uma sazonalidade, é algo bem atípico em decorrência do problema climático que está ocorrendo no Brasil e que não se sustenta por muito tempo. Primeiro, porque o preço do tomate nesse nível vai afugentar a todos. A maioria das pessoas deixará de comprar tomate. Em segundo lugar, não dá para armazenar tomate. Então, isso é um nicho que às vezes a mídia pega, porque houve determinada sazonalidade climática e coloca como uma coisa emblemática. Mas não dá. Eu digo isso pela minha formação e também pela formação do Presidente desta Casa. Nós somos economistas. Essa deficiência de oferta do tomate não se sustenta por muito tempo, e o próprio mercado vai se encarregar de colocar o preço do tomate onde ele deve estar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero aqui desta humilde tribuna, Deputado Agaciel Maia, fazer um apelo às donas de casa. Acho que está na hora de nós pararmos de comprar tomate. Já falei para a minha esposa: "Vamos dar uma semana sem comprar tomate?" Aí, certamente ele vai encalhar e vai diminuir o preço, Deputada Arlete Sampaio, porque 1 quilo de tomate por 19 reais, por 12 reais, por 15 reais é um verdadeiro assalto!

A sazonalidade, Deputado Agaciel Maia, é a mesma que os usineiros usam na chamada entressafra da produção de álcool. Portanto, é preciso que tenham o mínimo de bom senso. Não dá efetivamente para nós assistirmos passivamente a essa situação. Acho que, em vez de salada de tomate, vamos comer salada de pepino, alface, berinjela, até mesmo de outras hortaliças que existem. Existe! É possível ser substituído. Mas o que não dá é aceitar o que estão fazendo com o tomate e com os outros produtos também! A verdade é que existe hoje um verdadeiro complô neste país no sentido de querer...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu só queria fazer uma rápida consideração porque é impressionante como a mídia brasileira trabalha a questão de números. No lugar de reconhecer que no mês de março – que é um mês de 31 dias –, o indicador foi 0,47, enquanto no mês de fevereiro – que é de 29 dias –, foi superior a 0,6, e que houve uma queda significativa... Entretanto, no ano – pegando a partir do ano passado, num comparativo de doze meses – alcançamos a cifra de um pouco mais de 6%, quando a meta era 4,5%.

Na realidade, a preocupação é pertinente a quem trabalha com inflação, mas não num cenário de pane, como alguns pretensos entendedores do processo inflacionário querem, projetando preocupação e inquietação na sociedade.

Então, eu quero externar ao Deputado que nós temos só que tomar cuidado porque – o agricultor e quem lida com lavoura sabem que o produto agrícola é sazonal – a sazonalidade afeta os níveis de preço, e o grande problema é a intermediação, que onera tremendamente e que nesse contexto afeta os índices de preço. Mas nós sabemos que a hora em que reduzir o fluxo pluviométrico, nós vamos ter a retomada da oferta em patamares superiores à própria demanda, e, consequentemente, o preço cai. O importante é que o agricultor não venha ser prejudicado simplesmente pela busca desenfreada de pane que a mídia muitas vezes impõe à sociedade brasileira. Tem que se tomar cuidado, porque o agricultor vive e depende disso.

Então, eu me associo a V.Exa. com essa preocupação de não considerar a inflação em condições de extrema vulnerabilidade do controle dos índices de preço. Precisamos ter maiores informações. Isso naturalmente antecede a decisão do Banco Central.

Agradeço a oportunidade, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Mas, Deputado Wasny de Roure – V.Exa., que é um economista, e Deputado Agaciel Maia, também –, a verdade, Deputada Arlete Sampaio, é que existe uma verdadeira torcida da mídia e de setores conservadores da sociedade brasileira para tentar desacreditar o Governo da Presidenta Dilma. Essa verdadeira torcida de Miriam Leitão e outros menos votados que se apresentam na televisão brasileira como se fossem os deuses intocáveis... A verdade é que eles torcem 24 horas para que o Brasil dê errado e não aceitam que o PT esteja há dez anos no governo. A verdade é essa.

Quando a Presidenta teve a coragem de enfrentar o sistema financeiro nacional e internacional e baixar os juros, ninguém ainda havia tido essa coragem. Existe hoje a tentativa de implementar a política do pânico, do terror, no Brasil. Em

todas as análises que fazem, eles sempre concluem com o aceno de que tem que se aumentar a taxa de juros. Os banqueiros, que nunca haviam perdido neste país –não estão perdendo ainda –, estão ganhando menos. Não estão perdendo, mas estão ganhando menos. Até porque, entre as pessoas que estão aqui, neste momento, assistindo a esta sessão, entre todos os que têm conta bancária, duvido que alguém saiba, em sã consciência, quanto paga de taxa bancária. Ninguém sabe. Nós nem conferimos os extratos todo dia. Surgem coisas que nem sabemos de onde saíram. É só se verificar que boa parte das despesas dos bancos, os salários, é paga com as taxas que eles cobram de nós, taxas escorchantes. E ficam agora, a todo instante, Carlos Alberto Sardenberg, Miriam Leitão e outros, plantando pânico e mostrando, efetivamente, a serviço de quem que eles estão, tentando criar a cultura de que, para não haver inflação neste país, tem-se que aumentar a taxa de juros.

Portanto, Deputado Wasny de Roure, acho que nós, desta humilde tribuna, desta humilde Câmara Legislativa, temos que estar antenados com essa situação, para que possamos, com a nossa humilde contribuição, ajudar a Presidenta Dilma nesta missão árdua, que é dirigir os destinos desta nação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Quero, antes de passar a palavra ao próximo Deputado, registrar os meus cumprimentos ao serviço médico da Câmara, que, no dia de hoje, deu desdobramento a um novo dia de coleta de sangue, por meio da presença do Hemocentro.

E é importante destacar, Deputada Arlete Sampaio, que é médica e acompanha essa área, que a programação, normalmente, é feita com 40 pessoas, mas tivemos a disponibilização de mais de 58 pessoas. Isso é um fato bastante positivo, e espero que possamos repetir com mais frequência essas oportunidades de doação de sangue. Trata-se de um gesto de compromisso com o semelhante e com as políticas públicas de saúde em nosso país.

Quero, portanto, cumprimentar toda a equipe da Câmara, juntamente com o Hemocentro, bem como aqueles que voluntariamente se ofereceram para doar sangue à nossa população.

Registro ainda, Deputado Agaciel Maia, que, na próxima segunda-feira, dia 14, teremos uma nova intranet. Peço atenção a todos os servidores da Câmara e aos Srs. Parlamentares, para que possam acompanhar isso, fazer as suas críticas e observações. Estendo os nossos cumprimentos, ao mesmo tempo, ao Deputado Agaciel Maia, que é o nosso Vice-Presidente e ao qual a Coordenadoria de Modernização e Informática – CMI é ligada; à equipe da CMI e, particularmente, ao Comitê Gestor da Informação Digital – CGID, que cuida mais especificamente desse portal. A rapidez é extremamente importante, hoje, no processo da comunicação, não apenas a qualidade da informação.

Na próxima segunda-feira, dia 14, então, teremos um novo portal da Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PMDB/ PPL/PTC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, Sras. e Srs. Deputados, a Cidade do Rio de Janeiro passará a multar quem joga lixo nas ruas, Deputada Luzia de Paula. É uma cidade maravilhosamente imunda. Apenas no ano passado, foram recolhidos das ruas, praias, encostas e outros lugares do Rio de Janeiro 1.225.695 toneladas de resíduos, o equivalente a três estádios do Maracanã.

Por que estou trazendo esse tema hoje? Apresentei um projeto que estabelece a proibição de se descartarem resíduos sólidos em áreas não destinadas a depósito ou coletas, no âmbito do Distrito Federal. Essa lei, que já está aprovada e sancionada – a Lei nº 4.818, de 27 de abril de 2012 –, precisa apenas ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, eu trouxe alguns dados da extrema necessidade que existe de se multar, como em várias capitais do mundo.

Há uma matéria publicada no *O Globo* que diz que, para completar a situação, o Rio de Janeiro foi eleito, em fevereiro, a nona cidade mais suja do mundo em uma lista de quarenta dos mais importantes destinos turísticos do planeta. Um vexame internacional!

A nossa cidade não fica muito atrás disso, quando tratamos de pessoas que, ao invés de colocarem o lixo nos lugares adequados, inclusive grandes construtoras, colocam-no em lugares não apropriados e deixam o próprio governo, por meio do SLU, responsável por essa limpeza.

É tradição fazer grandes *shows* na Esplanada e, no dia seguinte, haver centenas e mais centenas de garis, deslocados de vários lugares de Brasília, fazendo a limpeza, enquanto as pessoas que promovem os *shows* saem com os bolsos cheios de dinheiro e deixam apenas a sujeira para que o SLU recolha.

Nessa terça-feira, o prefeito Eduardo Paes anunciou uma medida extrema para reduzir o volume de lixo nas ruas. A cidade vai mobilizar aproximadamente quinhentos fiscais para multar, a partir de julho, quem jogar lixo no chão. Cito esse exemplo porque o nosso Governador Agnelo precisa regulamentar essa lei, para que também possamos aplicar multa, nos moldes da proposta do Rio de Janeiro. Lembro que outras capitais do mundo civilizado já fazem isso.

A regulamentação do Rio de Janeiro diz que, para resíduos pequenos, que tenham tamanho igual ou menor a uma lata de cerveja, a multa, Deputado Chico Vigilante, é de 157 reais. Para resíduos maiores que uma lata de cerveja e menor que um metro cúbico, o valor sobe para 392 reais. O que for descartado de forma inadequada, com tamanho acima de um metro cúbico, custará 980 reais.

Então, a partir do momento em que o Governo do Distrito Federal passar a multar quem jogar esse material nas ruas – sabemos que há um ditado que diz que a parte mais sensível é o bolso –, as pessoas vão pensar duas vezes antes de sujar a cidade.

Cada fiscal vai usar um *palmtop* ou um *tablet* menorzinho, com acesso à internet, acoplado a uma impressora. Essa será a arma usada pela guarda municipal, para combater a sujeira nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Basta o número do CPF do infrator para que a multa seja impressa na hora.

Em New York, por exemplo, Deputado Benedito Domingos, o Departamento de Limpeza Pública tem um folheto para informar o cidadão sobre as responsabilidades legais dele para manter a cidade limpa. Comerciantes e residentes se unem à prefeitura para conservar a limpeza dos bairros. Para quem sai da linha, em New York, é multa mesmo! O valor começa sempre em 100 dólares e dobra a cada reincidência. Em Tóquio, é muito difícil encontrar uma sujeirinha na maioria das ruas, mesmo em lugares movimentados, apesar de não haver lixeira nas calçadas e ser raro encontrar um gari. As leis no Japão sobre o assunto variam em cada cidade e algumas são bem rigorosas. Recentemente, na cidade de Osaka um morador recebeu uma multa equivalente a 20 mil reais por ter jogado um toco de cigarro no chão. Os japoneses não mantêm suas cidades tão limpas por medo das multas, mas por se tratar de um aspecto cultural. Eles são, naturalmente, obcecados por limpeza.

De volta a Brasília – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. que é a Líder do Governo –, gostaria de pedir ao nosso Governador Agnelo... A lei já existe, está sancionada e publicada, é a Lei nº 4.818, mas falta apenas um decreto. A exemplo do que o Rio de Janeiro está fazendo, Deputado Chico Vigilante, que se estabeleçam as multas e que sejam colocados os fiscais. Mesmo com o SLU, grande parte dessas pessoas que hoje limpam ruas em Brasília, na sua maioria pessoas com o segundo grau, podem no futuro, por ter pouca sujeira, depois das multas, tornarem-se elas mesmas os fiscais dessa lei.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Quero parabenizá-lo e dizer que o bom seria se nós pudéssemos não ter nenhuma lei para punir o homem. Se o homem tivesse consciência suficiente para perceber o mal que tem feito para o Distrito Federal, não veríamos a quantidade de lixo que nós hoje temos espalhada pela cidade. Na cidade onde moro, temos espaços em que praticamente toda semana o Poder Público manda fazer a coleta de lixo. Esses espaços já viraram verdadeiras crateras. Por quê? Por falta de consciência. Sabemos do prejuízo que essa falta de consciência tem trazido também aos cofres públicos, na medida em que se desenvolvem epidemias, como a dengue. A dengue está muito relacionada com a falta de zelo da população com o lixo que ela deixa em locais que não deveria deixar. Além de nos trazer grandes problemas de saúde, muitos gastos

poderiam ser revertidos na educação. Assim, muitas vezes, temos que adotar uma punição.

Gostaríamos que hoje o senhor estivesse nessa tribuna fazendo um grande elogio à nossa população, ao povo brasileiro pelo zelo com a natureza. Infelizmente, estamos num momento em que é necessário ter uma ação mais determinada, uma ação que faça com que o homem perceba o mal que ele está causando a si mesmo.

Parabéns pela abordagem do assunto. Está tudo já pronto, só falta realmente um pequeno empurrão para fazer com que as coisas aconteçam. E nós esperamos que essa lei seja curta. Que a consciência chegue bem rápido ao ser humano, para que uma lei como essa não precise perdurar por muito tempo. Infelizmente, somos obrigados a dizer que ela, nesse momento, é mais do que necessária, até para a economia.

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, está pronto. A regulamentação existe nas principais capitais do mundo, a lei já está sancionada, só falta a regulamentação.

Então eu acho mais do que oportuno que o Governador Agnelo aproveite os grandes eventos que teremos aqui como a Copa das Confederações, momento em que esta cidade vai ser mostrada para aproximadamente 126 países. Temos a grande possibilidade de não só sediar vários jogos da Copa do Mundo, como também de fazer a abertura. É a oportunidade de mostrar exatamente que esta cidade é civilizada.

E essa mudança de cultura, já tivemos vários exemplos, só se dá através de um disciplinamento, através da multa. Vejamos o caso do racionamento de energia. Todo mundo achava que o brasileiro não ia conseguir racionar a sua energia, e nós conseguimos. Quando foi implantada a conversão daqueles 2,729 para um real, todos imaginavam que nós não sabíamos fazer conta; e todos nós, até o brasileiro mais humilde, o camponês, nos adaptamos.

Então, acho que a lei, que já está pronta, precisa só ser regulamentada. É preciso apenas que o Governador Agnelo pegue o exemplo do Japão, de Nova York ou mesmo do Rio de Janeiro e o coloque em prática.

Portanto, agradeço a V.Exa. e dou como encerrado o meu pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Aproveito para convidar V.Exa. a assumir aqui a direção dos trabalhos.

Antes da nossa saída, gostaria de informar a presença dos servidores da carreira fazendária. (Palmas.) Quero fazer a nossa saudação em nome da Mesa Diretora da Câmara Legislativa.

Gostaria também de informar a todos que, a partir das insistências e oportunas cobranças da Eunice, uma das lideranças, hoje pela manhã, tivemos

contato com a Secretaria de Administração, que nos informou três posições. Primeiro, está fechado o texto a ser apresentado à categoria sobre o conteúdo de suas atribuições. Segundo, com relação ao projeto, o secretário – isso foi pela manhã – estaria colhendo assinatura do governador para o envio da correção do valor da gratificação, de quatrocentos reais para seiscentos reais. Terceiro, seria aberta no mês de maio a discussão do reajuste. Essas foram as informações obtidas da Secretaria de Administração. Então, haveria a retomada das tratativas com as lideranças do movimento.

Coloco aqui à disposição a Presidência. O Deputado Chico Vigilante e o Deputado Rôney Nemer ajudaram muito no avanço das discussões do projeto de lei que tramitou aqui na Câmara. A Câmara está acompanhando, está bastante atenta a essa questão. Colocamo-nos inteiramente à disposição da luta dessa brava categoria, que conhecemos há tantos anos.

Vou passar a palavra ao Deputado Agaciel Maia, informando aos colegas que nos ausentaremos por quarenta minutos, mas retornaremos em tempo de encaminharmos as votações. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, com satisfação, fazer o registro da presença na galeria dos nossos trabalhadores e trabalhadoras da carreira fazendária, mas quero dizer que particularmente, Deputada Arlete, lamento que eles tenham de estar aqui, porque nós assumimos um compromisso, Deputada Luzia, com eles. Nós aprovamos uma lei cujo projeto foi o mais difícil de trazermos do Palácio do Buriti para esta Casa. Votamos, e a verdade é que até agora não houve uma regulamentação, quando já deveria ter acontecido. (Palmas.)

Estou falando isso porque todo mundo sabe que aquilo que penso eu falo, e compromisso que a gente assume é para ser cumprido. Nós assumimos o compromisso. Portanto, é preciso que algumas pessoas parem de atrapalhar os outros.

Esses servidores poderiam perfeitamente estar hoje nos seus postos de trabalho efetivamente trabalhando. Nós sabemos do esforço que o nosso companheiro Willemann tem feito aqui. Nós sabemos do próprio compromisso que o Governador Agnelo tem.

Hoje, no almoço com S.Exa., eu o alertei sobre essa preocupação com os trabalhadores da carreira fazendária. Há um projeto costurado com o Secretário de Fazenda. Ele o encaminhou à Secretaria de Administração e cabe, agora, a esta secretaria cumprir seu papel e encaminhar imediatamente o projeto, para que a tranquilidade volte ao seio desta categoria tão importante e tão fundamental para o

Fisco do Distrito Federal. Não haverá arrecadação se não houver a participação dos servidores da carreira fazendária. Não adianta insistirem, teimarem com isso, pois é burrice querer colocar os trabalhadores da carreira fazendária dentro do carreirão. Não tem sentido, não pode ser assim, e nós vamos nos insurgir a cada momento contra esse tipo de prática.

Portanto, essa é a minha opinião, Deputado Agaciel Maia, porque há determinadas coisas que irritam a gente. Se há uma coisa que me irrita é compromisso assumido e não cumprido.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de esclarecer, de informar e, ao mesmo tempo, comunicar aos Deputados que se encontram em seus gabinetes que estamos nos Comunicados de Líderes.

A vocês da carreira que estão assistindo à sessão, eu gostaria de explicar que temos três fases numa sessão ordinária da Câmara Legislativa. A primeira fase é a dos Comunicados de Líderes, que dá o direito a cada Líder de falar por cinco minutos. Em seguida, há os Comunicados dos Parlamentares, no qual cada Parlamentar pode falar por cinco minutos, limitado a um total de quarenta, de acordo com o Regimento Interno. Depois, temos o Grande Expediente. Geralmente, quando há temas de políticas públicas importantes, esse Grande Expediente acontece; quando não, ele é superado por um acordo de Liderança, para que se inicie a Ordem do Dia.

Eu quero explicar aos Deputados presentes e aos que estão nos gabinetes que temos, na Ordem do Dia de hoje, vetos, para os quais houve acordo das lideranças. Logo, quando o governador veta uma matéria aprovada por esta Câmara, é necessário que tenhamos maioria absoluta, ou seja, nós temos que ter 13 votos sim, para que se mantenha o veto e 13 votos não, do total de Deputados presentes no plenário, para que se possa derrubar o veto.

Temos também, na Ordem do Dia, projetos de Deputados. Os projetos de Deputados são apreciados por maioria simples, ou seja, têm que estar no plenário, no mínimo, 13 Deputados. Neste caso, são necessários 7 votos favoráveis para que o projeto seja aprovado. A maioria simples permite a aprovação do projeto de Deputado.

Nós estamos na fase da sessão chamada Comunicados de Líderes.

Portanto, passo a palavra à nobre Deputada Liliane Roriz, que falará pela Liderança em substituição à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos vocês.

Deputado Chico Vigilante, outro dia, quando estávamos aqui com a carreira do Detran, eu falei a V.Exa. que era seu dever ajudar a carreira do Detran. Agora, é mais do que sua obrigação desembrulhar esse embrulho que o governo está fazendo, para que o projeto chegue aqui rápido, para que possamos aprová-lo.

É importante que o governo dê essa possibilidade de a carreira fazendária ter melhores salários, ter uma alternativa nova de futuro. Portanto, vocês podem contar com o meu apoio aqui na Câmara Legislativa, de coração.

Venho a esta tribuna hoje primeiramente para responder a uma indagação. Em segundo lugar, para registrar um repúdio. A resposta à indagação, Sr. Presidente, é direcionada ao Secretário de Saúde, Sr. Rafael Barbosa.

Em um programa de rádio na manhã de hoje, o Exmo. Sr. Secretário fez o seguinte questionamento: quem seria eu, Liliane Roriz, para criticar tanto a gestão da saúde pública do Distrito Federal? Acredito eu que ele se sentiu provocado após, semana passada, eu ter feito duras críticas à gestão da saúde do Distrito Federal que, por sinal, é comandada por esse senhor. Esse é o primeiro motivo que me trouxe a esta tribuna, afinal, acreditava eu que, mesmo não sendo um bom gestor, ele, o Sr. Secretário, saberia um mínimo sobre poderes de democracia para se disponibilizar a ocupar um cargo público.

Já que não é o caso, subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para esclarecer ao Secretário Rafael Barbosa que Liliane Roriz, diferentemente do Exmo. Sr. Secretário, não ocupa a cadeira pública por indicação do seu melhor amigo, o Governador do Distrito Federal. Eu, Liliane Roriz, fui eleita por quase 22 mil eleitores para ocupar uma cadeira neste Parlamento, que tem como principal missão fiscalizar o Executivo, do qual o Exmo. Sr. Secretário faz parte. E mais: fui a quinta mais votada desta legislatura. Além disso, fui escolhida recentemente por esta Casa, por meus nobres colegas Deputados, meus pares, para presidir a Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa.

Quero dizer, portanto, que estou aqui como representante da população, e, não, de interesses obscuros.

Apesar de não ter feito parte, posso tolerar as críticas, Deputado Chico Vigilante – e V.Exa. bem sabe disso –, à gestão de meu pai, Joaquim Roriz. Isso faz parte da democracia. O que eu não posso tolerar é a incoerência deste Sr. Secretário ao ofender nosso passado, ao criticar a gestão da saúde na época do Governador Roriz, e saber por jornais e por testemunhas as infinitas investidas do próprio Sr. Secretário Rafael Barbosa ao se aproximar do ex-Deputado e Ex-Secretário Jofran Frejat, este, sim, um grande homem; este sim, um dos melhores secretários de saúde do Distrito Federal.

Sentimos falta não apenas da capacidade de gestão do Dr. Frejat. Sentimos falta, também, de sua honradez, de seu caráter, da sua forma respeitosa de ouvir e de aceitar as críticas construtivas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Liliane Roriz, eu acredito que todo gestor público tem que entender a responsabilidade de

que o cargo se reveste. Qualquer um de nós, desde o Deputado mais votado até o Deputado que teve menos votos, tem autoridade, não só moral, mas legal, dada pelo povo para criticar e fazer as reivindicações que se fazem necessárias. E V.Exa. tem também, não só porque é a Deputada Liliane Roriz, como também por ser filha do ex-Governador Joaquim Roriz.

Eu quero fazer um desafio, Deputada Liliane Roriz: quantos hospitais a gestão do PT inaugurou? Faça uma comparação com o governo do pai de V.Exa. Postos de saúde?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – É verdade, V.Exa. já me disse isso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria, inclusive, que trouxessem esses dados para nós compararmos. Nem pela questão da herança política que V.Exa. tem, nem pela questão de V.Exa. estar aqui como Parlamentar na Câmara, essa ponderação não poderia ser feita. É essa a colocação que a gente gostaria de fazer.

Quando as críticas aqui são feitas, não é porque V.Exa. é filha do Roriz. É porque V.Exa. é uma Deputada eleita, como qualquer outro Parlamentar que está aqui cumprindo sua função. Então, essa questão de autoridade moral, legal foi dada pelo povo. Agora, se a gente quiser ir para um desafio prático de gestão, traga os dados, Deputada Liliane Roriz, eu tenho certeza de que o governo que passou era muito melhor do que este que está aqui.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Com certeza, Deputada. Muito obrigada.

Eu queria entender, Deputada Celina Leão, como atacar uma gestão anterior, independentemente das colorações partidárias, Deputado Chico Vigilante, com esse verdadeiro caos pelo qual o Distrito Federal hoje passa.

Se fosse o caso, nessa diferença com os governos de Joaquim Roriz, eu gostaria de lembrar ao Secretário Rafael Barbosa que boa parte deste governo que aqui está hoje integrou a gestão de Joaquim Roriz, inclusive o Vice-Governador Tadeu Filippelli! Se as críticas são contundentes, por que, então, permiti-los integrar este atual governo? Por que, então, ir até o Hospital da Asa Norte para convidar o Secretário Jofran Frejat a participar deste governo para tirar do buraco em que está, a saúde do Distrito Federal?

Quero dizer mais, Deputada Celina Leão, desde que assumi a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, uma única audiência com o Secretário Rafael Barbosa que eu pedi ele nunca sequer atendeu, nem ao menos o telefone! Nunca tive um retorno desse cidadão.

Os colegas desta Casa sabem que nunca fiz uma oposição barulhenta, ofensiva, de forma alguma. Pelo meu caráter, eu não sou assim, meu estilo também não é assim, porque eu respeito as pessoas. Não vou permitir de forma alguma – pois sempre me dediquei aos membros atuais deste governo, sempre fui muito respeitosa – que este secretário me ofenda e que faça isso que ele fez. Sou uma parlamentar eleita para defender os interesses da população. É o objetivo pelo qual

estou aqui. Não vou permitir desaforos, não vou permitir muito menos tentativas de me amedrontar ou mesmo de me ameaçar. Sou respeitosa por criação e não por falta de coragem.

O senhor secretário se ofendeu tanto com as minhas colocações, que convido o secretário – aliás, o deputado, deputado ainda não, ele quer ser candidato a Deputado Federal –, convido o Secretário Rafael Barbosa a sair comigo pelas ruas e perguntar à população. Não falo de uma coisa combinada, programada, isso não vale. Falo de perguntar, por exemplo, a uma mãe que há poucos dias foi ao meu gabinete lamentando a morte do seu filho ou, como a gente está ouvindo nos noticiários desta semana, de ver quantas crianças vieram a falecer no hospital. Isso marca profundamente a minha pessoa, assim como a todos os colegas e, tenho certeza absoluta, a toda a população do Distrito Federal. Isso era o que jamais nós gostaríamos de ouvir.

Os servidores da saúde, Deputada Celina Leão, não são tratados da forma que realmente merecem. A falta de isonomia, a falta de colocar os servidores da saúde no mesmo patamar de importância dos médicos e dos enfermeiros, afinal de contas eles carregam a saúde do Distrito Federal. São eles, é essa turma que vem carregando essa difícil missão de carregar a saúde pública nos hospitais do Distrito Federal.

É por isso, Senhores Deputados, que venho a esta tribuna repudiar as declarações do senhor secretário de saúde e, mais uma vez, deixar claro que fui eleita para estar aqui ou pelo menos... Eu estou cumprindo o meu papel. Eu tenho certeza absoluta disso, coisa que eu não posso afirmar do excelentíssimo secretário.

Como parlamentar que sou, como mulher e como cidadã do Distrito Federal, exijo respeito do sr. Secretário. Não é fazendo política de falácias, de blá blá blá, que esse senhor vai tirar famílias do desespero, das filas dos hospitais. Seja homem, Secretário Rafael Barbosa. Assuma que sua gestão é desastrosa. Peça ajuda. Peça ajuda! Porque eu de fato não negarei ajuda ao secretário. Mas, não venha tentar minimizar o mandato para o qual fui eleita com ofensas, insinuações partidas de quem não tem moral alguma para fazê-las.

Eu gostaria de deixar registrado esse repúdio e o meu desabafo aqui, hoje, no plenário. Muito obrigado a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, Líder do Bloco Social Ecológico.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputada Arlete Sampaio, imprensa, pessoal da carreira fazendária que está aí, boa tarde.

Estamos aqui para lutar para que todos possam ter qualidade de vida nesse espaço.

Sr. Presidente, todos sabem da minha militância na questão ambiental, na questão do meio ambiente. Eu tenho falado nessa semana sobre a questão das mudanças climáticas que já tem sido sentida no bolso do cidadão. Especificamente ontem falamos sobre o tomate, o feijão e sobre muitas outras coisas que vêm acontecendo na agricultura e que nós já percebemos. Temos até uma política distrital de mudanças climáticas, que está praticamente em curso aqui, no Distrito Federal, estamos trabalhando por ela.

Hoje eu quero falar um pouco sobre o que acontece e que muitas vezes vem para ser uma coisa boa para a população, surge como uma boa coisa, e no caminhar acaba sendo deturpado e passa a ser um processo muito ruim para o próprio cidadão do Distrito Federal.

Vou falar sobre dois espaços do Distrito Federal que estão sendo ocupados agora – um é o Jardim Mangueiral e o outro é o Noroeste. Noroeste esse que surge, cujas unidades habitacionais as empresas vendem e às quais, logicamente, agregam valor, por se dizer o tempo inteiro como um bairro ecológico, onde se faria a coleta de água de chuva, onde se teria uma série de coisas especiais. E o que nós vemos hoje – eu procurei a Sedhab, tenho conversado com o Ibram, que tem feito o seu papel – é que algumas unidades habitacionais, alguns prédios têm sido colocados à disposição da comunidade, da população, de forma muito precária.

Então, nós temos um cuidado enorme, estamos vendo aqui, inclusive, um investimento enorme da Caesb para coletar água do Lago Paranoá para que possamos beber, investimento de grande monta. E por não estarem cumprido as empresas o que estava sendo colocado no Noroeste, esse mesmo lago está sendo completamente assoreado.

Nós tivemos um processo de inundação na Universidade de Brasília, coisa que nunca tinha acontecido. Fica muito clara a origem desse processo a partir de um espaço do Parque Burle Marx e de mais todo o Noroeste, que está perdendo a sua cobertura vegetal. Não é só perder a cobertura vegetal, é a perda sem a devida precaução. Então, não há como agregar valor à unidade habitacional, não há como defender o bairro ecológico que sai em todos os espaços e propagandas tendo hoje o que está acontecendo com o Noroeste.

O apelo que estamos fazendo, e eu quero pedir às comissões desta Casa, à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e especificamente à comissão da qual fazemos parte eu, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Leite, o Deputado Wellington Luiz e a Deputada Eliana Pedrosa, para que possamos fiscalizar esse processo.

Esse é claramente um processo de fiscalização do Legislativo para que a gente garanta, de forma clara, às pessoas que estão adquirindo esse espaço e indo para ele, receber o que estão comprando: uma unidade habitacional num bairro dito ecológico, sustentável, que tem o mérito de ter nascido como bairro sustentável com excelente projeto urbanístico, mas em que, infelizmente, desde a parte de

infraestrutura, como iluminação, galerias pluviais, todo o processo ainda deixa bastante a desejar.

Era isso o que eu queria colocar para a Câmara, para os nossos companheiros e colegas Deputados. Que a gente possa interferir nisso, que possamos falar sobre isso, para que se tenha uma referência de fiscalização de todo o bairro – não só pontualmente da iluminação – e para que o interesse público seja, efetivamente, preservado. O que nós percebemos hoje é que, ao longo dessa caminhada, até que ele esteja completamente urbanizado, o meio ambiente tem sofrido, e muito. Esse impacto na água do Lago Paranoá vai ser sentido não só no bolso, mas também na hora em que tivermos esse projeto da captação do Lago Paranoá concluído.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à nobre Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente dessa sessão, Sras. e Srs. Parlamentares.

Eu quero, em primeiro lugar, falar um pouco da temática trazida aqui pela Deputada Liliane Roriz. No meu primeiro mandato como Deputada Distrital, eu fui integrante da CPI da Saúde, da qual a Deputada Eliana Pedrosa foi a Presidente e eu a Relatora. O relatório dessa CPI encontra-se nesta Casa à disposição de quem quiser manuseá-lo. Chegamos a constatações extremamente sérias. Primeiro, havia o direcionamento de pacientes de UTI para a rede privada, em particular para o Hospital Santa Juliana, em Samambaia. Constatamos, também, por meio de uma auditoria feita nas farmácias, o desvio de mais de 30 milhões de reais em remédios que supostamente eram adquiridos, e jamais chegaram às farmácias da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Há consequências atuais após a nossa denúncia acatada pelo Ministério Público e encaminhada à Justiça, que já encaminhou diversas ações contrárias ao secretário e sua equipe, de forma que hoje ele tem de pagar – e se não está pagando é porque recorreu – multas importantes, tanto do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Distrito Federal quanto da Justiça, pelos absurdos que foram cometidos naquela ocasião.

Eu fui integrante da equipe da Secretaria de Saúde e tive um cargo comissionado na gestão do Secretário Jofran Frejat na década de 80 – até 1986, por aí. O Secretário Frejat foi um grande secretário e foi responsável pela construção de todo o sistema público de saúde do Distrito Federal. Foi ele que elaborou todo o sistema de saúde do Distrito Federal e o colocou em execução a partir de 1980, com a construção dos centros de saúde e de vários hospitais regionais. Em 1980, ainda na época da ditadura militar, com os coronéis governando Brasília, foi que tivemos esse grande impulso na construção do sistema de saúde de Brasília. Quando nós deixamos o Governo do Distrito Federal, de 1995 a 1998, deixamos 297 equipes de Saúde da Família prontas. Na época, chamavam de Saúde em Casa. Prontas. Da

mesma forma, pudemos demonstrar que a priorização da atenção primária pode, efetivamente, reduzir as filas dos hospitais e melhorar a atenção à saúde da população.

Em 1999, quando assumiu o novo governo pós-Cristovam Buarque, dois equívocos profundos foram cometidos. O primeiro deles foi o fim, o fechamento da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. E o segundo foi a montagem de uma central de compras única para o complexo do Governo do Distrito Federal. A Secretaria de Saúde adquire cerca de 108 mil itens, e entregar essa responsabilidade a uma comissão desqualificada do ponto de vista profissional é um equívoco absoluto. Nós mostramos isso na CPI da Saúde, quando constatamos que a central de compras comprava mangueira para dentista que era igual a mangueira de carro, por exemplo. Nada tinha a ver, porque não havia especificação técnica adequada para se comprar a mesma coisa. Ou quando nós mostramos que havia um estoque de salbutamol, um xarope, que era suficiente para dez anos de utilização e o seu tempo de validade expiraria em dois anos, consequentemente um prejuízo absurdo para os recursos públicos do Distrito Federal.

Tudo isso estou dizendo para registrar que, quando o Governador Agnelo Queiroz assumiu, em 2011, encontrou na rede pública de saúde um verdadeiro caos. Eu fui com ele visitar o Hospital de Ceilândia. O Deputado Chico Vigilante também estava presente. E nós constatamos que o centro cirúrgico do Hospital da Ceilândia estava fechado porque estava tomado por piolhos de pombos. Hoje todos os hospitais da rede pública do Distrito Federal sofreram impactos importantes de reformas, de ampliações feitas por este governo. Em apenas dois anos foram criados 248 novos leitos de UTI públicos no Distrito Federal, deixando quase de lado nossa dependência eterna das UTIs privadas da Capital.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputada Arlete Sampaio, quero só indagar a V.Exa. sobre a solicitação de aparte da Deputada Liliane Roriz e do Deputado Chico. V.Exa. concederá os dois apartes?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Claro.

Eu estava dizendo que, além disso, a cobertura do Saúde da Família, em Brasília, era a segunda pior do Brasil. Hoje nós pulamos de 13% de cobertura para 40%, e queremos chegar até o final de 2014 a 70% de cobertura do Saúde da Família. Ainda há muitos problemas? Há, com certeza. São inúmeros os problemas ainda existentes, mas, sem dúvida, muita coisa já foi feita para que pudéssemos melhorar o sistema público de saúde no Distrito Federal.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, há algumas coisas que V.Exa. disse. Eu quero só registrar que a tal central de compras ainda existe no governo do Agnelo. V.Exa. falou de uma tal clínica que eu desconheço. Eu não fazia parte do governo, como eu já bem disse,

mas temos aí algumas denúncias de um convênio milionário. Eu não posso afirmar isso, mas é o que dizem. Muitos jornalistas já disseram. Eu não posso afirmar, viu, Deputado Chico Vigilante? Não estou dizendo – eu, Liliane –, mas alguns jornalistas já disseram que há uma clínica do Secretário Rafael Barbosa. A família dele tem uma clínica de hemodiálise, que tem um contrato milionário com a família dele. É o que dizem por aí. Eu não estou dizendo que é, mas falam por aí.

Já que V.Exa. fez essa CPI, a qual eu não tenho como defender ou falar dela, porque aqui eu não estava, eu queria sugerir a V.Exa. que fizéssemos uma CPI do que está acontecendo hoje, porque as pessoas estão reclamando muito. Eu proporia fazermos uma CPI a partir de agora sobre esses dois anos. Então, eu gostaria de saber se V.Exa. aceitaria, deixaria, como Líder do Governo, instalarmos uma CPI para sabermos o que está sendo feito nesses dois anos, porque as queixas são inúmeras. Não sou eu que estou me queixando. Graças a Deus, eu não preciso do sistema público de saúde, mas a gente está aqui para representar esse povo sofrido; e eu ouço todos os dias uma denúncia. Então, que mal tem uma CPI da saúde agora? Eu acho que não há o menor problema. Quando não se deve, não se teme.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. integrou a CPI da Saúde, e eu acho que é importante a gente se lembrar de uma figura famosa no Distrito Federal, o Secretário de Saúde na época, Arnaldo Bernardino, condenado pela Justiça por desvio de recursos públicos. Aquela clínica lá de Samambaia, de triste memória...

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Hospital Santa Juliana...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Hospital Santa Juliana, que tinha mais leitos de UTI do que a rede pública de saúde do Distrito Federal. A situação da farmácia de alto custo confinada num ponto ali da estação 108 do Metrô, e, agora, com a descentralização, a farmácia de alto custo da Ceilândia, aqui do Plano e de Sobradinho.

Sobre essa questão que citam da clínica, Deputada Liliane Roriz, eu vou falar isso porque tenho respeito por V.Exa., não existe coisa pior do que você envolver familiares que não fizeram absolutamente nada de errado. A clínica é da esposa do Secretário Rafael – credenciada no SUS antes de ele ser Secretário – e presta um serviço extraordinário de atendimento à população lá de Ceilândia. Mas ela ficou tão indignada, Deputada Liliane Roriz, quando citaram esse fato de a clínica ser credenciada, que disse: "vou romper o credenciamento, não quero mais prestar serviço para o SUS e vou dizer que parente do SUS vai ficar muito longe". Aí, teve que haver todo um processo de convencimento para que ela continuasse prestando esse serviço de hemodiálise lá em Ceilândia. Nós sabemos o quanto é fundamental, é importante, o trabalho de hemodiálise, Deputada Arlete Sampaio.

Portanto, eu quero testemunhar aqui que a saúde do Distrito Federal vive um novo momento, tem um novo caminho e tem rumo. Agradeço a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Então, eu quero só dialogar com a Deputada Liliane Roriz para dizer que o convênio, o contrato da Secretaria de Saúde com a clínica de hemodiálise da família do Secretário Rafael, é antigo. Ele já existia à época que nós fizemos a CPI. Inclusive foi objeto de avaliação nossa, e, naquele momento, a única questão que nós consideramos não ser pertinente foi o fato de – como o Hospital Regional de Samambaia era um hospital particular e eles arrendavam um trecho dele para fazer a clínica, quando houve o processo de estatização do Hospital de Samambaia, de compra pelo GDF – eles permanecerem por um tempo até que construíssem a clínica naquele lugar. Nós da CPI, inclusive, condenamos isso e sugerimos que, de fato, saísse de lá a clínica de hemodiálise. Então, não há nenhuma irregularidade.

Quanto ao fato de fazermos ou não a CPI, é preciso que todos nós Parlamentares tenhamos consciência de que só se faz uma CPI em cima de um objeto concreto. Nós tivemos um objeto concreto. Eu recebi uma denúncia, como Parlamentar, membro da Comissão de Educação e Saúde e Presidente desta naquele tempo. Essa denúncia, sem comentar com ninguém, sem fazer nenhum alarde nem falar para a imprensa, eu a encaminhei ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Então, o Ministério Público a investigou e verificou que ela tinha fundamento. Foi a partir daí que nós propusemos a CPI.

Nós não podemos fazer uma CPI sem foco, sem saber exatamente do que estamos tratando, nem tampouco fazer uma CPI por suposição de *blogs* que, às vezes, trabalham contra o governo ou de qualquer jornalista que não tenha feito uma devida investigação em que se possa basear o nosso trabalho parlamentar. Então, é preciso definir o foco da CPI, e, se nós considerarmos que há foco e há razão substantiva para que seja feita, obviamente todos nós quereremos que a Câmara cumpra o seu papel de investigação que é, efetivamente, o papel de todo Parlamentar desta Casa Legislativa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. sabe o respeito que eu tenho pela sua história; porém, se V.Exa. quiser que tenhamos foco nessa CPI, nós temos foco, sim, Deputada Arlete Sampaio. A saúde precisa de uma atenção e de um cuidado especial.

O Deputado Chico Vigilante falava sobre a questão da mulher do Sr. Rafael Barbosa. Só que algo foi sintomático. Até quando eu pude avaliar, Deputada Arlete Sampaio – inclusive fui eu que propus a CPI da Saúde aqui na Câmara –, o contrato da esposa do Secretário cresceu quatro vezes mais de valor durante o ano relativo, comparado ao ano anterior. Acredito que isso já seria inclusive motivo para uma investigação. Nada contra ela ser esposa do secretário, mas será que aumentou

quatro vezes mais o número de hemofílicos ou o número de pessoas que precisam desse tratamento no Distrito Federal?

Então, são questionamentos como esse que ficam sem respostas, porque não conseguimos ter uma CPI nesta Casa para avaliar isso direito. Nós temos uma rede, Deputada Arlete Sampaio, que custou 8 milhões de reais, uma rede de internet para a saúde pública. E você não vê isso funcionar na prática. Portanto, foco, eu acredito que temos. Se quisermos investigar, nós temos como investigar essas e outras. Inclusive o próprio Secretário de Saúde hoje responde a processo no Ministério Público, como também o Bernardino.

Então, eu acredito, sim, que os governos tenham passado, mas eu acredito que as práticas ainda continuam as mesmas. Seria só essa minha avaliação, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputada Celina Leão.

Então, concluindo, eu só quero responder essa questão de V.Exa., Deputada Celina Leão, e ainda responder uma outra questão da Deputada Liliane Roriz, que eu deixei sem resposta.

Ela fala que ainda hoje há uma central de compras. Isso é verdade. Mas é importante dizer que as compras da Secretaria de Saúde retornaram à Secretaria de Saúde. Na época ainda do Governo Rogério Rosso, foi constituída uma subsecretaria de logística responsável por essa função. Esta foi preservada no atual governo. Portanto, hoje a central de compras não mais se encarrega das compras da saúde.

Para terminar, respondendo a Deputada Celina Leão, eu diria primeiro que o número de hemofílicos não aumentou, pelo contrário. Aumentou antes, porque eram distribuídos remédios sem muitos critérios. Segundo, quero dizer que se há foco, investigue-se. Vamos investigar se há foco, vamos provar que há foco. Não se pode é fazer suposições apenas de oposição ao governo.

Então, é preciso demonstrar que há foco, como aqui demonstramos à época da CPI. Houve justificativa para fazer aquela CPI porque o próprio Ministério Público tinha feito uma investigação prévia e achou procedente a nossa denúncia. Portanto, há neste caso um foco concreto, objetivo que pode de fato servir de convencimento a todos os Deputados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Encerrado os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, V.Exa. está muito bem

assessorado hoje com a nossa Secretária, Deputada Luzia de Paula, a quem reverencio. Meus parabéns.

Sr. Presidente, ainda bem que a galeria está sendo ocupada, e eu não posso deixar de falar a respeito de um fato que vem ocorrendo na saúde do Distrito Federal. Nós estamos num governo de um novo caminho.

Acredito eu que o Governador Agnelo Queiroz não sabe de uma coisa como esta, porque, se soubesse, já teria tomado providências e já teria resolvido o problema: estamos passando por uma epidemia, pandemia, qualquer coisa de "mia" sobre dengue.

Hoje há um surto de dengue no Distrito Federal. E nós temos uma categoria, que é uma categoria de abnegados, de homens e mulheres, de pais de famílias que vêm lutando contra a dengue, e que não estão – me desculpe, Deputada Arlete Sampaio, governador e quem o valha – sendo valorizados dentro do processo, que são os AVAs – Agentes de Vigilância Ambiental –, e na questão do Saúde em Casa, os ACEs – Agentes de Controle de Endemias. Hoje, eu fiquei estarrecido, quando vi o salário que esses abnegados de campo vêm recebendo e a condição de trabalho e o regime jurídico ao qual estão submetidos.

Sei que a Deputada Arlete Sampaio, que é a nossa Líder de Governo, vai levar isso ao governo, para que se resolva esse problema. São pais e mães de família. Elaborei, inclusive, a PELO nº 17, nesta Casa, que regulariza a situação dos ACSs e dos AVASs, que fizeram um processo seletivo, em 2006, em consonância com a PEC nº 51, do Presidente Lula, que dava a eles condição de permanecerem no serviço público, mesmo sem ter sido pelo art. 37 da Constituição. Isso se deu porque, no momento em que o Brasil estava passando por uma crise muito grande de dengue, precisando de ACSs, eles foram uns abnegados e ajudaram a conter o surto. Não poderíamos tê-los usado e jogado na rua e, assim, o Presidente Lula ou a Presidenta Dilma – não me lembro quem foi – fez justiça.

Precisamos, contudo, complementar a justiça aqui no Distrito Federal, Deputada Arlete Sampaio, assim como está sendo feito nos municípios e em outros estados. Temos que, primeiramente, mudar o regime jurídico desse povo. Não há como – o Supremo Tribunal Federal já disse –, no mesmo órgão, haver dois sistemas jurídicos. Lá, temos os AVASs e os ACSs como celetistas. Celetistas. Pode-se fazer a transformação? Podemos, sim, porque, em 1990, o Collor transformou todos os celetistas em estatutários. Todos. Então, podemos. Não há inconstitucionalidade. Já fiz todos os levantamentos.

Venho aqui rogar ao governador, pedir ao governador que olhe para essa categoria que vem lutando diuturnamente, no Distrito Federal, para conter a dengue. Quando se fala em saúde, pouca gente sabe... Falamos mais em doença, Deputado Joe Valle. Em saúde, pouca gente fala, porque, quando se trata de uma doença, significa que o indivíduo já não tem mais saúde. É muito fácil levar alguém ao pronto-socorro, mas temos que fazer a prevenção, que é com os ACSs. É o povo que

faz o Saúde em Casa. Ou são os PCSs que fazem as prevenções. E o Governo vem investindo nisso.

E quem são? São os ACSs, os Agentes Comunitários de Saúde. Então, são duas categorias, dentro da saúde, que hoje estão tentando, loucamente, fazer outros concursos, para sair desses cargos. Primeiro, eles têm complemento de vencimento, porque ganham menos que um salário mínimo. Quando se junta tudo, tíquete-alimentação, tudo, isso dá 1.965 reais para o ACS e 2.034 reais para o AVAS, que, parece, têm uma gratificação de campo.

Vejam só: tivemos aqui mesmo – não vou citar o nome – um colega que teve hantavirose. Um colega aqui da Câmara! E esses homens, que são uns abnegados, os AVASs, vivem aí nos campos, nas áreas rurais. Homens e mulheres. Quando digo homens, estou querendo ampliar. São homens e mulheres que trabalham nesses cargos. Eles vivem nas áreas rurais do Distrito Federal ou do Brasil como um todo, lutando para conter a leishmaniose, a hantavirose, que mata mesmo, por um salário que é brincadeira! No Distrito Federal, é o menor salário que se pode ter na administração direta ou indireta. E são pessoas que lutam para que tenhamos saúde, para que não fiquemos doentes!

Então, quero aqui, Sr. Presidente, que meus pares me ajudem nesta luta. Tenho certeza de que S.Exas., como representantes do povo, independentemente de serem base ou oposição, me ajudarão. Conclamo os 24 Deputados a nos ajudar.

Se hoje há justiça no Distrito Federal, quero dizer que a maior injustiça que está ocorrendo é com essas duas categorias de trabalhadores da área de saúde. Conclamo o Sr. Secretário de Saúde, Rafael Barbosa, um homem que vem lutando para melhorar a saúde, a olhar para essas duas categorias. Conclamo o nosso amigo Secretário de Administração Pública, Dr. Wilmar, a olhar a questão da transposição, para que os servidores possam ser estatutários e ter a sua efetividade garantida. Nós, aqui da Câmara, temos que fazer a nossa parte e, independentemente de cor partidária, de ser oposição ou situação, temos que nos unir para resolver esse problema.

Sr. Presidente, era isso o que eu queria falar. Eu gostaria de agradecer a V.Exa., porque passei dos cinco minutos, e agora os senhores estão fazendo o que é certo, o que é dito no Regimento. Eu não faria isto antes, mas vou me abster. Estou chocado com o que estou vendo. V.Exa., que foi um homem justo no Senado e, agora, aqui na Câmara, vem fazendo a diferença e vai nos ajudar nessa discussão. Tenho certeza absoluta disso. O senhor não vai deixar uma coisa dessas acontecer, senão, apesar de ser da base, vou precisar me juntar a essas duas categorias e ir para a rua. Quando me propus a vir para esta Casa, foi com dois propósitos: o primeiro, de trabalhar para o povo; o segundo, de não deixar as injustiças acontecerem. E essa é uma injustiça que está acontecendo.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa.

Boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Dr. Michel, parabenizo V.Exa. por sempre defender a melhoria de trabalho para os servidores públicos. V.Exa., como servidor público, considerado um dos mais competentes delegados de Brasília, honra muito a Polícia Civil.

Também aproveito, Deputada Arlete Sampaio, já que V.Exa. tocou no nome do Wilmar Lacerda e já que tem muita força com o Secretário de Administração, para dizer que é importante que V.Exa. interceda junto a ele, para que os abnegados servidores da carreira de gestão fazendária, que hoje estão na galeria desta Casa, possam ter, a exemplo de outras categorias, incorporada a gratificação aos seus vencimentos. Faço esse pedido a V.Exa. Eu também vou fazer essa interferência.

Há ainda o Deputado Joe Valle, que está ali, e o Deputado Wellington Luiz. Somos todos servidores públicos e estamos Deputados, não é isso, Deputado Wellington? Estão aqui a Deputada Eliana Pedrosa, a Deputada Liliane Roriz e a Deputada Luzia de Paula, que está secretariando os trabalhos da Mesa hoje. Então, no que depender da Câmara, esse projeto, quando chegar aqui, será votado de forma célere.

Neste momento, passo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar a galeria, todos os trabalhadores da carreira de gestão fazendária, e o Sindifaz, que se faz presente. Eu gostaria também de fazer um apelo no sentido de que o projeto realmente seja encaminhado rapidamente à Câmara. Trata-se de um projeto simples, de regulamentação. Sabemos que esses trabalhadores estão, desde dezembro, aguardando essa regulamentação, para que possam realmente ter essa gratificação no contracheque.

Quero fazer algumas observações, Sr. Presidente. Essa carreira, dentro da carreira tributária, é aquela que realmente segura o piano. Essa carreira é a que está na ponta de todos os postos de fiscalização e de arrecadação. Não nos adiantará aprovar o Refaz, se essa carreira não estiver na ponta, fazendo o atendimento. Temos que deixar isso muito claro, e aproveito esta oportunidade para não deixarmos só o pedido do projeto de regulamentação. Precisamos registrar outras demandas dessa categoria, que, há dez anos, recebia quase o mesmo salário que as outras carreiras existentes, que são a de controle interno, de auditoria e de fiscalização. É importante registrar que esses trabalhadores estão, há dez anos – não só dois ou um, mas há dez –, sem um ajuste salarial verdadeiramente justo. É importante, Deputada Arlete Sampaio, que o governo entenda isso e que possamos também trazer aqui não só o pleito da regulamentação, mas o de um ajuste salarial decente para esses trabalhadores.

Quero fazer uma observação. Eu sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Com certeza, quando esse projeto de regulamentação chegar aqui... Houve um Deputado que falou isto aqui: não existe base ou oposição, quando o projeto é para trabalhador. Só existe uma Câmara, que vai trabalhar para os trabalhadores. Eu

já me comprometo com vocês a fazer uma sessão extraordinária para rapidamente votarmos isso na Comissão de Assuntos Sociais, colocando as emendas que se façam necessárias, se não tiverem sido acatadas todas as demandas de vocês no Executivo.

Nós nos comprometemos a fazer isso. Mas nós gostaríamos também, Deputada Arlete Sampaio, de deixar esse canal de negociação aberto. Nós já estamos trabalhando isso com outras categorias. Na semana passada, nós atendemos aqui os assistentes da educação. O governo negociou, mandou o projeto. Houve aumento salarial. É uma carreira importante, Sr. Presidente, porque é uma carreira que dá lucro para o governo, que arrecada, Sr. Presidente!

Eu gostaria de deixar esta observação e este pedido aqui à Líder do Governo: que se faça presente para que esse projeto de aumento salarial e de reposição salarial chegue a esta Casa também antes de julho, Sr. Presidente! Nós temos que fazer isso. A Deputada Liliane Roriz estava presente no dia em que o Secretário da Fazenda esteve aqui colocando as margens. Nós temos margens, sim, para isso e nós temos que tratar três carreiras que estão dentro da mesma estrutura com igualdade.

Outra coisa, Sr. Presidente, que a carreira pede – deixemos também o registro – é que se diminua o interstício. Hoje as promoções só podem acontecer com interstício de doze meses.

Há outra demanda também da categoria. Quase todos – diríamos mais de 80% – dessa categoria têm nível superior, Sr. Presidente. É uma categoria altamente especializada. Então, nós pedimos também que, a partir de agora, os concursos sejam para nível superior. É uma reivindicação antiga que nós pedimos também que venha nesse projeto de estruturação da carreira. Nós gostaríamos de aproveitar o momento e deixar esse registro aqui também, porque eu acho que se faz importante.

Gostaria também, Sr. Presidente, de entrar em uma outra pauta, que é sobre os meus projetos. Eu tenho dois projetos, Sr. Presidente. Um sobre a faixa exclusiva de ônibus e um sobre o parcelamento das multas. Eu gostaria de pedir que o Executivo não os vetasse, como ele tem feito com todos os meus projetos. A maioria dos meus projetos tem sido vetada, Sr. Presidente.

Os projetos não são para a Deputada Celina Leão, são para a população. Hoje nós sabemos que a faixa exclusiva de ônibus fica ociosa fora dos horários de pico. O nosso projeto viabiliza que essa faixa seja usada pelo cidadão fora do horário de pico. Não é um projeto para a Deputada Celina Leão, é para a população. Não há nem ônibus suficientes! Nós priorizamos o transporte de massa. Se houvesse ônibus suficiente rodando o dia inteiro... Mas não há! Há trânsito no horário de pico e fora do horário de pico. Então, nós pedimos que o governador o sancione também.

Nós temos um projeto de parcelamento de multas, que é uma oportunidade para vocês que estão botando a mão na massa, que estão olhando toda a questão do Refaz. Ele possibilita o parcelamento das multas atrasadas no Detran em doze

meses. Vamos lá, Sr. Presidente. Não vamos longe, não! Com o salário da gestão fazendária não dá para pagar as multas à vista, não, Sr. Presidente! Tem que parcelar! Tem que parcelar! E nós pedimos que o governador faça o parcelamento, acate a nossa emenda e possibilite o parcelamento. Ninguém quer ficar em débito com o governo, ninguém quer ter um carro que vai ser preso pelo Detran. Há lacunas suficientes para isso. Há leis suficientes para isso. Inclusive há uma lei que não foi alvo de ADI e que já possibilitaria isso em 36 meses. Eu gostaria de deixar esses dois registros também, Sr. Presidente.

Para encerrar a minha fala, Sr. Presidente, gostaria de falar sobre a questão da violência. A violência é algo que tem preocupado todos os pais e mães de família. Nós estamos diariamente nos noticiários nacionais vítimas da violência. É algo que nos preocupa. Nós tivemos um jovem que morreu no Guará porque denunciou usuários de *crack*. Estamos estampados em todos os jornais. Então, esse clima de instabilidade na segurança é algo que nos preocupa. Eu quero deixar o registro, Sr. Presidente, não só do caso da professora, como o do caso do Guará também.

Para encerrar a minha fala, Sr. Presidente, nós estávamos falando sobre a saúde. Olha, já são seis crianças que morreram no Hospital de Ceilândia por causa da bactéria. Eu já recebi a informação de que esse número, oficialmente, pode chegar a dez, Sr. Presidente. Então, nós sabemos que a saúde ainda tem muito o que melhorar. As crianças estão morrendo. Então, nós deixamos também aqui esse pedido de uma atenção especial não só às crianças, mas à saúde como um todo, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero avisar aos nobres Parlamentares que se encontram em plenário que nós estamos nos Comunicados de Parlamentares, em que estão inscritos a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Rôney Nemer e o Deputado Robério Negreiros. Mais algum Parlamentar?

Eu gostaria de esclarecer aos técnicos e aos profissionais da carreira de gestão fazendária que estão na galeria que, na tramitação legislativa de um projeto dessa natureza, a iniciativa é do Poder Executivo. Ele não pode ser gerado aqui. Então, ele tem que vir da Secretaria de Administração por meio do governador. O projeto entra aqui, é protocolado em plenário e, em seguida, é distribuído às comissões técnicas, que vão analisá-lo. Podem ser feitas emendas nas comissões e, depois que o projeto tiver tramitado pelas comissões permanentes, ele vem para o plenário para que seja votado e aprovado em dois turnos, primeiro e segundo. Portanto, é imprescindível que o Poder Executivo, que é quem tem a competência de encaminhar à Câmara para aprovação desse projeto, encaminhe a matéria, pois a tramitação dentro do processo legislativo é essa que eu estou explicando para vocês.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Primeiramente, coloco-me à disposição da

carreira de gestão fazendária em relação à regulamentação de benefícios. Contem com o meu apoio aqui em conjunto com os outros pares.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar aqui nesse plenário algo que aconteceu na segunda-feira, dia 8. Houve uma publicação no Diário Oficial do Distrito Federal feita pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, pelo Núcleo de Gestão de Impostos de Transmissão, incluindo os de doações. No meu entender, houve uma quebra de sigilo fiscal de todos os brasilienses, de todos os contribuintes do Distrito Federal, uma quebra de sigilo fiscal em relação aos impostos de transmissão.

Foi feito um convênio com a Secretaria de Receita Federal, e colocaram numa vala comum tanto devedores como eventuais devedores e pagadores. Eu gostaria de citar. Saiu aqui o meu nome na página 283 da seção 3 do Diário por um imposto que foi pago, antes de eu inclusive estar como Parlamentar aqui nesta Casa. Tenho aqui uma guia do Distrito Federal paga e está lá como se eu estivesse como devedor.

Então, dois pontos estranhos. A quebra do sigilo. No meu entender, ela ocorreu. Gostaria que o Presidente dessa Casa fizesse um questionamento ao governo. Eu acho que isso todos os Parlamentares deveriam fazer, não em função de nós mesmos, mas de todos os contribuintes do Distrito Federal. Tanto é que nesta quarta-feira estranhamente o governo voltou atrás, logicamente depois que houve a quebra do sigilo. Pela Portaria nº 74, de 9 de abril de 2003, ele cancela a portaria publicada na segunda-feira já com a quebra. Quebrou o sigilo, não tem como voltar atrás. Eu não tenho o que esconder, até mesmo porque a minha vida, a partir do momento em que eu entro nessa Casa e na vida pública, é um livro aberto. A única aberração que houve foi me colocar como se eu – ou a minha família – fosse o devedor. Isso aqui é um imposto pela doação do meu pai antes de eu virar, repito, Parlamentar; devidamente pago com uma guia do Distrito Federal.

Isso mostra a desorganização dessa Secretaria de Fazenda, que não sabe nem quem é devedor e quem não é. E no meu entendimento, com a notícia no *Correio Braziliense* de hoje, o governo coloca uma justificativa como se fosse um equívoco, em função de não ter sido atendida a Lei nº 4.567, de 2011, em que essas notificações teriam de ser pessoais. No meu entendimento, isso não é um equívoco. O que aconteceu é uma aberração.

Houve uma quebra de sigilo, repito, de todos os contribuintes do Distrito Federal. E isso não pode passar em branco, Sr. Presidente. Nós, os 24 Parlamentares, deveríamos assinar um documento pedindo esclarecimentos ao Governo do Distrito Federal.

Como a Líder do Governo está aqui, eu quero dizer que incluíram até mesmo o Sr. Agnelo dos Santos Queiroz Filho na lista, na seção III, publicada na segunda-feira, como devedor de impostos de doação feita ao seu filho. Não estou aqui questionando a doação, porque ela é prevista e legal. Estou questionando o nome dele estar como devedor. E isso, para mim, não é um equívoco, é uma falha muito

grave. O nome do governador está na página nº 295, seção III, do Diário Oficial do Distrito Federal de segunda-feira.

Sr. Presidente, isso tem de ser apurado. Eu peço auxílio à Presidência desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu apenas peço à V.Exa. que formalize o requerimento de informações nos termos regimentais. Esta Presidência a encaminhará ao Governo do Distrito Federal para que preste os esclarecimentos devidos.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu agradeço.

Muito obrigado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos os pares. Quero cumprimentar também o pessoal da carreira fazendária que está saindo e dizer que podem contar com o meu apoio.

Eu até disse a Eunice que, provavelmente, não daria *quorum* hoje. Ela me ligou porque tinha a assinatura do Acelera DF, da redução de alíquota do ICMS. Eu e um grupo de Parlamentares havíamos combinados que iríamos para lá. Quero também hipotecar o meu apoio aos senhores e às senhoras.

Quero também me solidarizar com as palavras do Deputado Robério Negreiros e dizer que é preocupante esse equívoco. Dizer também que quero me solidarizar com a Deputada Liliane Roriz.

Eu estava no meu gabinete, Deputada, na CEOF, e ouvi o seu depoimento. Eu acho que ninguém aqui tem de desqualificar ninguém nesta Casa. Todos os Parlamentares que estão aqui têm representatividade. Ninguém tem o direito de dizer quem é fulano ou beltrano. Qualquer cidadão do Distrito Federal pode se indignar por qualquer situação de que discorde. Então, eu quero me solidarizar com V.Exa. e também com o Deputado Robério Negreiros, que teve o seu nome citado. Eu não tive – quer dizer, eu não sei se tive, porque eu nem olhei. Sei que essas coisas são muito ruins.

Quero também colocar a preocupação que temos tido na CEOF. Eu entendo, viu Eunice. Eu estou vendo você aí agora. O Deputado Agaciel Maia explicou muito bem que algumas coisas não podem ser feitas por meio de emendas ou de projetos de deputados. Algumas coisas só podem ser feitas por meio de projetos do Executivo.

Nós sabemos da importância que vocês têm naquela estrutura da Secretaria de Fazenda e, como membro e Presidente da CEOF, quero dizer que vocês terão total apoio desta comissão para todos os pleitos de vocês.

Obrigado. (Palmas.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de deixar aqui a minha palavra de apoio ao pessoal da carreira de gestão fazendária.

Não é de agora que nós estamos aliados com a luta de vocês. Não vou me alongar, pois vocês já estão de saída. Quero apenas que vocês saibam que o nosso partido, o PSD, os quatro Parlamentares, estamos aí juntos, somados ao esforço dos demais Parlamentares da Casa para que, o mais rápido possível, vocês possam ter a tranquilidade no pleito de vocês.

O nobre Deputado Robério Negreiros, com muita propriedade, trouxe-nos esse assunto hoje à Casa. Quebra de sigilo é coisa muito séria. Muitas e muitas... Foram 150 mil pessoas que tiveram os seus nomes expostos. E assim como o Deputado Robério Negreiros, que mostrou aqui que não é devedor, porque apresentou já paga a sua guia de pagamento do ITCD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – de quaisquer bens ou direitos. Quantos outros não terão pago os impostos e o seu nome está exposto como devedor? Isso é muito grave.

É mais grave ainda porque uma lei em vigor diz que não é esse o procedimento. Então, como falar em equívoco? Será que o agente público pode se equivocar assim, numa ordem tal, a ponto de expor 150 mil nomes e hoje o Diário Oficial apresentar uma portaria, simplesmente com algumas linhas, cancelando esse edital de lançamento?

Aí me preocupa muito mais o que vai ser feito agora, de acordo com essa portaria, que diz exatamente o seguinte: cancelo o edital de lançamento e vai seguir o disposto no artigo 11. O que diz o artigo 11, da Lei 4.567? "As pessoas serão notificadas por AR". E nós temos agora a Lei Recupera DF, em que 150 mil contribuintes, em tese, devedores, vão receber ARs feitos um a um. Quando o último for notificado, já perdeu as benesses do Recupera DF, que poderiam ser feitas de imediato. Muitos vão achar que está cancelado, não vão se atentar aos prazos do Recupera DF, Deputado Agaciel Maia, e ainda vão perder as benesses dessa lei. Então, esse erro duplo poderá trazer esse outro prejuízo a essas pessoas que tiveram seus nomes expostos.

Como disse o Deputado Robério Negreiros, nem o próprio governador foi poupado. Constavam lá nome de ministros, o nome do governador. Isso mostra, pelo menos, que não houve, da parte da Secretaria de Fazenda, nenhuma seleção de nomes. Simplesmente, eles olharam todos que estavam no cadastro e, sem o devido cuidado de verificar quem pagou e quem não pagou, apresentaram toda a listagem de nomes sem nenhuma conferência. Isso mostra que o rumo não está muito bom. Vimos isso também no caso do Nota Legal, em que se adotou uma medida contrária à lei, retroagindo os efeitos negativos de redução de benefícios do Nota Legal, e foi preciso a OAB entrar na Justiça. Agora, novamente, erra a Fazenda, ou seja, há uma

sucessão de erros. E a gente pensa o seguinte: "o que será que está acontecendo?". Então, é preciso que a casa seja arrumada, porque alguma coisa não está boa.

Outra prova disso é a gente ver uma série de projetos de lei que chegam a esta Casa sem atender à Lei de Diretrizes Orçamentárias e uma série de projetos que aqui chegam com valores equivocados. Isso nos preocupa e mostra que a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Fazenda estão fazendo as coisas de uma maneira muito descuidada. Eu chamei a atenção para isso no ano passado, quando estive na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Este ano não estou presente, mas em alguns momentos em que estive lá ou na própria Comissão de Constituição e Justiça, chamava a atenção para esse aparente descuido das Secretarias de Fazenda e de Planejamento. A gente espera que, com esses lançamentos de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de quaisquer bens ou direitos, que expuseram tantas pessoas ao quebrar-lhes o sigilo fiscal, o que contraria totalmente a nossa Lei maior, sem o cuidado de ver quem era realmente devedor... Esperamos que isso possa ser um ponto final nessa desorganização que aparentemente a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Planejamento têm mostrado nos últimos tempos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Gostaria de informar que, na forma regimental, a instrução adequada é que o Deputado Robério Negreiros faça um requerimento à Presidência da Casa e junte esses documentos. A Presidência, agora que contamos com a presença do Deputado Wasny, encaminhará ao Governo do Distrito Federal para que ele possa prestar esclarecimento, através da Secretaria de Fazendo, sobre o que aconteceu.

Concedo a palavra ao nobre Presidente da Casa, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, Srs. Deputados, assessoria, imprensa que prestigia esta Casa, gostaria, Deputada Liliane, de trazer aqui uma preocupação.

Em primeiro lugar vou me reportar a essa publicação no Diário Oficial. Realmente entendo que há equívoco quanto à questão do sigilo fiscal, apesar de, ao longo da minha história política, eu sempre ter defendido a quebra do sigilo fiscal, quando o interesse público estivesse colocado. Nunca tive constrangimento, na minha trajetória política sempre defendi isso. Trata-se de uma política atrasada, uma política que nega transparência pública àquilo que cabe ao contribuinte fazer.

Inclusive, até por um acaso, há pouco estava com o Dr. Valdir, que é auditor da Receita Federal e foi Secretário de Fazenda, discutindo exatamente esse tema. Agora, não vou também desconhecer que a lei é maior do que a nossa opinião e que, portanto, há uma infração legal a ser publicada. Meu entendimento é o de que, se existe uma lei, é para ser cumprida e observada, independentemente da luta política que se processa no interior da sociedade, para que possamos levar ao efetivo reconhecimento.

Mas, Sr. Presidente, pedi essa inscrição para que pudesse trazer aqui aos colegas Parlamentares uma questão que está me afligindo enormemente, Deputada Liliane.

Ontem, ao ver um jornal de âmbito nacional que falava acerca do episódio que ocorreu no Hospital de Ceilândia, fiquei extremamente apreensivo. Dirijo-me a V.Exa., Deputada Liliane, porque é a Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Quero no dia de amanhã, à tarde, visitar o Hospital de Ceilândia, até como Presidente desta Casa, porque nós Parlamentares, apesar de estarmos numa função no Legislativo, temos o papel de fiscalizar, de representar a população, que espera que não sejamos omissos diante dos momentos difíceis que nossa população está vivendo.

Reconheço que o Secretário Rafael Barbosa veio logo, tomou medidas saneadoras. Entretanto, é importante conhecer o fato ocorrido para que tal fato não se repita em outros hospitais e deixe nossa população em situação de vulnerabilidade.

Portanto, vou fazer essa visita no dia de amanhã. Se algum Parlamentar quiser nos acompanhar, nós iremos para conversar com a direção do hospital e ver de fato quais as medidas que foram implementadas. Mas não posso deixar de reconhecer várias medidas, entre as quais o deslocamento de pacientes para outros hospitais e uma política rápida de saneamento, no caso, no Hospital de Ceilândia.

Alega-se, Deputado Joe Valle, que a bactéria é proveniente do uso do sabão líquido. Enfim, se realmente são esses fatos... Mas eu creio que a Câmara Legislativa tem que ir, tem que demonstrar seu interesse por questões como essa.

A segunda questão, e aí eu quero, Deputado Agaciel Maia, chamar a atenção de cada um dos Deputados que transitam por esse espaço para o fato de que, nos próximos dias, teremos a inauguração do Estádio Nacional Mané Garrincha. Foi resultado de uma lei de iniciativa da Deputada Liliane Roriz, aprovada aqui com a derrubada de um veto – inclusive, teve o meu voto pela derrubada. Eu tenho a compreensão de que vai ser um momento extremamente positivo para a cidade, um momento de grande alegria, em que a cidade vai poder contar com uma obra de enorme significado para a vida de Brasília.

Mas, eu quero trazer, Deputada Arlete Sampaio, a minha preocupação. Eu acho que Brasília merece que o nosso Parque da Cidade seja mais bem cuidado. Eu sei que o Paulo é um exímio gerente daquele espaço e considero que aquele espaço é extremamente privilegiado, Deputado Joe Valle, para aqueles que vivem no espaço urbano do Plano Piloto, da Asa Norte e da Asa Sul, sobretudo, do Setor Sudoeste, Cruzeiro e Octogonal.

Agora é extremamente importante enfatizar que o parque ocupa um espaço valorizado, tanto do ponto de vista ambiental, quanto do ponto de vista de uso da população, está ainda sem cercamento, tem uma entrada pichada, suja, com grades demolidas e gambiarra. Nós não podemos conviver com o *status* de Capital da

República, tendo um parque central em processo de degradação da cerca e de outros equipamentos públicos ali existentes.

É extremamente necessário que o governador tome medidas urgentes no sentido de ver a recuperação daquele espaço, antes mesmo desses eventos, para que os nossos trabalhadores e a nossa população tenham a sua autoestima reconhecida e trabalhada. Quem não gosta de um espaço desse bem equipado, com sua proteção aparelhada, com equipamentos à altura da cidade onde vivemos?

Eu fiz um amplo trabalho, Deputado Joe Valle, de fotografia. Não foi eu o fotógrafo, naturalmente. Foi um colega que fez o trabalho de fotografia. Nós fizemos um ofício ao governador com cópia para o gerente do Parque da Cidade. O Parque da Cidade precisa, sim, de uma atenção das nossas autoridades para poder estar à altura até mesmo da demanda de uso da nossa população e também dos nossos turistas, além de outros que frequentam a nossa cidade.

Eu quero, portanto, Deputado Agaciel Maia, agradecer e pedir o apoio dos colegas Parlamentares para este momento que a cidade vive de renovação dos equipamentos e reformas, para que a nossa cidade, de fato, esteja à altura da capital da sexta economia hoje no Planeta.

Muito obrigado aos colegas Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Cristiano Araújo, não cabe questão de ordem em fala de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de parabenizar o nobre Presidente, Deputado Wasny de Roure, pelo posicionamento. Mesmo sendo Presidente desta Casa e membro do PT, Deputada Arlete Sampaio, teve a coragem de solicitar, de criticar construtivamente o governo, para que cuide melhor do nosso parque.

Cumprimos a fase dos Comunicados de Parlamentares.

Temos na Ordem do Dia vetos, para os quais há necessidade de maioria absoluta, ou seja, 13 Deputados, e temos projetos de Deputados que carecem de maioria simples.

Obedecendo às solicitações de uso da palavra, passaremos a palavra a vários Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um adendo ao discurso do nobre Deputado Wasny de Roure. O governo não só errou. Ele errou duas vezes. Errou na quebra do sigilo,

conforme uma lei existente e mencionada aqui e conforme a nossa Carta Maior, a Constituição Federal. Ele também nos colocou – pelo menos o meu nome e o nome do meu pai foram citados – como se estivéssemos devedores. E a guia está paga desde 2011, antes mesmo de eu estar nesta Casa.

Com a questão da transparência, eu também concordo, desde que a transparência seja regida conforme a lei. Se há lei em relação ao sigilo, então rasguemos a Constituição, rasguemos a Lei Orgânica, rasguemos tudo, porque o governo fazer isso aqui... Isso aqui é uma afronta e não tem conserto, porque já foi publicado. O conserto de cancelar uma portaria? Isso não existe.

Agora, há um total descontrole, por que pagar um imposto em 2011 por meio de uma guia emitida pela Secretaria de Fazenda e ainda constar o débito como se eu fosse um devedor ou como se os meus familiares o fossem? Isso é um absurdo. E cabe a este governo do qual eu faço parte... Eu torço para que este governo dê certo. Eu acho que tem que haver mudança. Isso não é equívoco, como disseram no jornal – o adjunto ou não sei quem disse isso. Isso foi um erro muito grosseiro.

Era o que eu queria dizer.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Deputado Agaciel Maia; Deputado Wasny de Roure, eu queria parabenizar V.Exa. pela exposição em relação aos parques, em função de que uma cidade que cuida dos seus parques, que são os ambientes ecologicamente corretos, ambientes onde se tem uma melhoria da qualidade de vida, é uma cidade que tem futuro, é uma cidade que preza seus cidadãos. Uma cidade que não cuida dos seus parques é uma cidade que não tem futuro.

Então, eu vejo essa questão dos parques com muito pesar. Nós temos 83 unidades. Há um programa chamado Brasília, Cidade Parque e nós precisamos que isso exista com critério. Eu ouvi várias vezes discursos colocando que há 100 milhões de reais para investir nos parques. O nosso parque maior, um parque grande, está passando por um processo desses.

O mais importante de tudo isso – e eu queria, inclusive, convidar a todos – é que haverá uma audiência pública na Casa para discutir exatamente os parques, discutir o programa Brasília, Cidade Parque. Será em maio. Quero convidar a todos que estão nos assistindo, a todos que estão nos vendo e nos ouvindo. Adianto que será na primeira quinzena de maio. Será uma audiência pública para, justamente, vermos isso, para que tenhamos critério com os parques. Sei que há parques sendo inaugurados, mas temos planos de manejo, que são fundamentais. Nós ainda não temos nenhum parque registrado aqui no Distrito Federal, e precisamos que essas medidas sejam ultimadas pelo governo. Esse é um processo fundamental, porque cada parque ecológico, cada parque como o Parque Olhos d'Água, que o governador

ampliou em 7 hectares – fez o decreto, um pedido da população... Agora, nós precisamos pelo menos cercar esse parque e dar continuidade ao processo para que a população tenha condições de utilizá-lo. No caso do Parque Olhos d'Água, por exemplo, hoje virou um esconderijo, um local para onde as pessoas vão para fumar drogas. Então, nós precisamos de urgência, já que existe esse recurso, para que esses parques estabelecidos possam ser contemplados de forma adequada para atender à população.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero me somar às palavras do Deputado Robério Negreiros. Ontem à noite, quando eu vi aquela portaria com nomes de parlamentares, procuradores, ministros do Supremo Tribunal Federal, eu achei, também, um absurdo. O governo publicou isso de forma equivocada.

Eu tenho muito respeito pelo Secretário de Fazenda, Dr. Adonias dos Reis, mas houve um equívoco da Secretaria de Fazenda. Acho que equívocos dessa natureza não podem acontecer porque expõem todos os Parlamentares da Casa, procuradores do DF. Nós, como agentes públicos, o que diz a Constituição Federal é que podemos ser notificados através de uma carta, de uma portaria, porque se publica um edital quando o Estado não localiza as pessoas.

Também quero deixar aqui a minha fala quanto a esse equívoco do Governo do Distrito Federal, da Secretaria de Fazenda. Conforme o Deputado Robério Negreiros colocou muito bem, uma portaria publicada não volta atrás, mas nós aqui esperamos que não ocorra mais esse tipo de procedimento dentro da Secretaria de Fazenda, que as pessoas tomem mais cuidado com as informações publicadas, porque, se cada um entrar com uma ação de quebra de sigilo, vai virar uma confusão só.

Também quero repudiar aquela portaria de hoje que expôs aqui os Parlamentares da Casa, expôs ministros do Supremo Tribunal Federal e expôs ministros do Superior Tribunal de Justiça também. Quer dizer, foi um ato muito sério. Acho que o governo tem que rever essa questão, não só com o cancelamento, mas com uma forma de acalmar a situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato sua solicitação, parabenizo-o pelo questionamento e informo a V.Exa. que farei acompanhar o requerimento do Deputado Robério Negreiros, a ser encaminhado para esclarecimento junto ao Poder Executivo.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Só quero dizer ao nosso Presidente desta Casa, Deputado Wasny de Roure, que hoje nós tivemos uma comissão marcada e, infelizmente, não houve *quorum*.

Este era o meu objetivo: conhecer e ver o que está acontecendo no Hospital de Ceilândia. Infelizmente, não ocorreu a comissão. Portanto, eu gostaria que fizéssemos essa diligência juntos, junto com todos os membros da minha comissão, para irmos lá e sabermos o que está acontecendo no Hospital da Ceilândia.

A segunda situação é que eu vou seguir na minha luta na questão do Mané Garrincha, porque se juntou a mim nesta luta o Deputado Romário e o *SportTV*, que também fez um programa dizendo que aquilo era muito injusto. Então, eu vou seguir na minha luta, mesmo havendo esse protocolo, porque esse protocolo não foi feito no Governo Agnelo, e, sim, no Governo Arruda, uma vez que ele não era mais governador.

Ontem, eu levantei, Deputado Joe Valle, a questão de quantos parques foram criados na gestão do Governador Roriz, e foram 65 parques. Eu havia falado 25, então, por uma questão de justiça a ele, estou retificando. Foram 65 parques.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de deixar um registro aqui porque acho que é muito importante fazê-lo. Eu estive ontem com uma pessoa que é do meu relacionamento pessoal, que me disse que encontrou com o Secretário Magela e que o Magela disse a ele que havia tirado o PPCUB da Câmara por uma instabilidade política. Disse ainda que tinha dificuldade, inclusive, porque eu seria a relatora do PPCUB. Eu não sei se isso é verdade ou se é mentira, mas eu gostaria, inclusive, de deixar um recado aqui registrado, Sr. Presidente, porque o Magela falou mais a esse amigo meu. Ele disse que teríamos uma outra comissão aqui, temporária, para avaliar o PPCUB.

Eu quero deixar um registro aqui em claro e bom tom: se, em todas as vezes que as configurações do Executivo não se desenharem nesta Casa da forma que o Executivo quer, formos montar comissão temporária para isso, para aquilo ou para aquilo outro, eu peço que extingamos todas as comissões para não dar o trabalho de se fazer comissão aqui.

É um absurdo uma pessoa que está fora desta Casa, que não é nem Deputado Distrital, comentar isso com um servidor. Eu quero saber se ele negociou com os russos. Eu quero saber se ele veio para esse debate aqui e quero deixar o meu registro. Gostaria, inclusive, Sr. Presidente da Casa, Deputado Wasny de Roure, que V.Exa. levasse a ele este recado: que desta Casa aqui ele nem faz parte. Se ele quiser montar comissão temporária para ver PPCUB, que monte lá na Câmara Federal, porque acredito que aqui ninguém, nenhum de nós – não só eu, a Deputada

Celina Leão -, nenhum presidente, nenhuma comissão vai deixar que isso aconteça. Então era esse o recado que eu gostaria de mandar, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de responder à solicitação da Deputada Celina Leão pelo seguinte aspecto, e aí eu tenho aqui do meu lado o nosso maior jurista da Casa: primeiro, não é competência de secretário qualquer retirar matéria da Casa. A matéria só pode ser retirada, conforme a Lei Orgânica, por determinação e por solicitação escrita do governador.

Então, acho que isso, sendo o Secretário Magela uma pessoa experiente, já foi Deputado Distrital, já foi Deputado Federal, não poderia afirmar que mandou tirar quando não teria competência para isso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já vi a abordagem dessa temática de comissão, inclusive declaração de vários Parlamentares em vários jornais. Eu já tenho observado esse debate. A preocupação da Deputada Celina Leão é uma preocupação que outros colegas Deputados já chegaram a comentar comigo. A Câmara Legislativa tem um regimento, ela rege-se por esse instrumento. É um instrumento normativo das relações que se dão nesta Casa.

Eu quero tranquilizar os Deputados de que esta Mesa que está à frente da gestão da Casa, o Colégio de Líderes, inclusive do qual a própria Deputada faz parte, são os foros adequados de deliberações do ponto de vista administrativo. A própria Deputada Celina Leão e os membros da Mesa são testemunhas de que até matérias que são de responsabilidade do próprio Presidente eu tenho procurado coletivizar nessas duas instâncias da Casa como instrumento político de entendimento na Casa.

Eu respeito o Deputado Cristiano Araújo, como Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários; respeito o Deputado Rôney Nemer como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; o Deputado Chico Leite como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; como também o nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Portanto, eu não posso associar-me a qualquer tipo de declaração ou intenção que não passe pelo crivo e pelo entendimento desta Casa.

Logo, Deputada Celina Leão, essa temática nunca o governador abordou comigo. Nunca! Eu estou sendo absolutamente honesto com os colegas. Tenho um convívio relativamente bom com o Deputado Geraldo Magela, e nunca me abordaram com essa intenção, com essa inquirição. Eu respeito a fonte de informação que V.Exa. tem, deve ser uma pessoa responsável. Às vezes, essas coisas, aquilo que passa na nossa mente, num diálogo, se libera sem a devida responsabilidade com aquilo que é o instrumento normativo desta Casa.

Eu construí nesta Casa e tenho procurado construir uma relação de respeito a cada um dos colegas Deputados. Se eu faço isso, e há pouco o Deputado Robério Negreiros inclusive me ponderou com relação à minha fala, eu disse para ele o meu entendimento político, e disse para todos que também me ouviram que há um processo normativo, que é a Constituição, que garante o sigilo fiscal. Então, a minha opinião é irrelevante quanto a essa matéria que saiu no Diário Oficial concordando com a opinião dele, inclusive, quanto ao fato de que, se há uma lei, que se cumpra a lei; se há uma Constituição, que se observe a lei; se há um regimento, que se observe o regimento.

Então, é esse o instrumento normativo que nós iremos continuar seguindo nesta Casa. É isso que tem que ficar absolutamente tranquilo entre nós para não suscitar relações dúbias, relações de suspeita, porque o clima de suspeição não ajuda o nosso convívio aqui na Casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bom, primeiro eu quero dizer que fico extremamente tranquilo, apesar de que eu não esperava nada diferente de V.Exa. Eu sei, conheço a sua conduta há muitos anos e tenho certeza absoluta de que é o entendimento que vai prevalecer nesta Casa.

Agora, algo nos traz preocupação. Quem viu o Jornal de Brasília hoje no alto da Torre viu que se fez menção, novamente, à Comissão de Assuntos Fundiários. Lá se faz referência a mim, ao Deputado Cristiano Araújo e à Deputada Celina Leão; colocando-nos em condição de suspeita, dizendo que não somos Deputados confiáveis. Eu sou confiável, sim. Primeiro, porque eu dou satisfação com os meus gestos àqueles que me elegeram. Tenho de ser confiável respeitando quem votou e quem não votou em mim, mas que espera do seu representante dignidade, e isso eu faço. Se estão querendo criar ilações a meu respeito, não vão conseguir, porque eu ajo com gestos e não com palavras. Tenho a consciência tranquila de que sou, sim, um Deputado confiável, porque respeito a vontade do povo.

Obrigado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dirigir minha palavra ao Deputado Wasny de Roure dizendo que, ao longo da condução de S.Exa. na Presidência, S.Exa. tem, cada vez mais, já como Líder e agora como Presidente, conquistado o meu respeito, justamente pela maneira democrática com que tem conduzido a Casa.

Não é segredo para ninguém o embate que acabamos tendo no final do ano, mas S.Exa. superou isso e tem demonstrado que a experiência está acima disso, pois

hoje conduz a Casa como um Presidente de fato e não como representante de grupo a ou b. As palavras de S.Exa. aumentam ainda mais o meu respeito e a minha admiração. Mas digo que, se o Magela vier com esse tipo de intervenção dentro da Casa, não ficará legal para ele.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de corroborar com a fala do Deputado Cristiano Araújo em função da condução do Presidente Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 10/04/2013 HORÁRIO: ___:___

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	X		
ARLETE SAMPAIO	PT			
AYLTON GOMES	PR			
BENEDITO DOMINGOS	PP			
CELINA LEÃO	PSD	X		
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT			
CLÁUDIO ABRANTES	PPS			
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X		
DR. MICHEL	PEN			
ELIANA PEDROSA	PSD			
EVANDRO GARLA	PRB			
JOE VALLE	PSB			
LILIANE RORIZ	PSD			
LUZIA DE PAULA	PEN	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN			
PATRÍCIO	PT			
RAAD MASSOUH	PPL			
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X		
RÔNEY NEMER	PMDB			
WASHINGTON MESQUITA	PSD			
WELLINGTON LUIZ	PPL	X		
WASNY DE ROURE	PT	X		
TOTAL		9		

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2013	15h25min	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se início à ORDEM DO DIA.

Não há número regimental para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h38min.)

1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 11 DE ABRIL DE 2013

L I D O
16 / 04 / 13
Ass. 12079

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Agaciel Maia

SECRETARIA: Deputado Evandro Garla

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 40 minutos

TÉRMINO: 15 horas e 55 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputada Arlete Sampaio – PT
- Deputado Aylton Gomes – PR
- Deputado Benedito Domingos – PP
- Deputada Celina Leão – PSD
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – sem partido
- Deputado Dr. Michel – PEN
- Deputado Evandro Garla – PRB
- Deputado Joe Valle – PSB
- Deputada Liliane Roriz – PSD
- Deputada Luzia de Paula – PEN
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Rôney Nemer – PMDB
- Deputado Washington Mesquita – PSD
- Deputado Wellington Luiz – PPL

Obs.: O Deputado Israel Batista encontra-se em licença parlamentar, de acordo com o AMD nº 6/2013.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Está aberta a sessão.
– Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 25ª e 26ª Sessões Ordinárias.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

– **Mensagem nº 134, de 2013,** do Governador do Distrito Federal.
– **Projeto de Lei nº 1.443, de 2013,** de autoria do Deputado Dr. Michel.
– **Projetos de Decreto Legislativo nºs 200 a 202, de 2013,** de autoria do Deputado Agaciel Maia.
– **Indicações nºs 10.492 a 10.494, de 2013,** de autoria do Deputado Washington Mesquita.
– **Indicação nº 10.495, de 2013,** de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
– **Indicação nº 10.496, de 2013,** de autoria do Deputado Chico Leite.
– **Indicações nºs 10.497 e 10.498, de 2013,** de autoria do Deputado Dr. Michel.
– **Requerimentos nºs 2.258 e 2.259, de 2013,** do Deputado Robério Negreiros.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Expediente lido na 27ª Sessão Ordinária,
em 11 de abril de 2013

> SETAB - 000003 <

LIDO
Em 11/04/13
Secretaria do Plenário

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 134 /2013 – GAG

Brasília, 9 de abril de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que vetei parcialmente o **Projeto de Lei nº 1.366**, de 2013, que *abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 34.656.550,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).*

MOTIVOS DE VETO

Emenda Aditiva nº 02, do Sr. Deputado Wellington Luiz – R$ 300.000,00:

O objetivo da Emenda era criar os Programas de Trabalho "15.451.6208.1110.NOVO – Construção de Arquibancada e Vestiário no Campo Sintético da QD.421" e "15.451.6208.1110.NOVO – Construção da Feira Coberta da QD.421", ambos na UO 11.114 – Administração Regional de Samambaia.

Ocorre que o código da Unidade Orçamentária indicada para suplementação (11.114 – Samambaia) é inexistente na LOA/2013. Por este motivo, deu-se o veto a essa Emenda.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESTINO, 10/Abr/2013 17:26

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

> SETAG - 000004 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Emenda Aditiva nº 03, do Sr. Deputado Wellington Luiz – R$ 30.000,00:

O objetivo da Emenda era criar o Programa de Trabalho "15.451.6208.1110.NOVO – Implantação de Calçadas no Lago Sul", na UO 11.118 – Administração Regional do Lago Sul.

Ocorre que o código da Unidade Orçamentária indicada para suplementação (11.118 – Lago Sul) é inexistente na LOA/2013. Por este motivo, deu-se o veto a essa Emenda.

Emenda Aditiva nº 04, do Sr. Deputado Olair Francisco – R$ 150.000,00:

O objetivo da Emenda era criar o Programa de Trabalho "13.392.6219.4090.NOVO – Apoio à Realização do 1º Campeonato Brasileiro de Cadete Taek-Wondo", na UO 34.101 – Secretaria de Estado de Esporte do DF.

Ocorre que a função "13 - Cultura" não é típica/finalística da Secretaria de Estado de Esporte (UO 34.101), contrariando a classificação estabelecida pela Portaria Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG nº 42, de 14/04/1999, bem como o Manual de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal aprovado pelo Decreto nº 32.017, de 04/08/2010 (DODF nº 153). Por este motivo, deu-se o veto a essa Emenda.

Emenda Aditiva nº 06, da Sra. Deputada Eliana Pedrosa – R$ 190.000,00:

O objetivo da Emenda era criar o Programa de Trabalho "13.392.6219.9105.NOVO – Apoio ao Projeto de Lazer e Cultura", na UO 16.101 – Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

Ocorre que, de acordo com a Decisão nº 3523/2008-TCDF, as ações iniciadas com as palavras "Apoio Financeiro" – ação 9105 - deverão ser "operações especiais" e ter como função "28 – Encargos Especiais". Por este motivo, deu-se o veto a essa Emenda.

Emenda Aditiva nº 45, do Sr. Deputado Cristiano Araújo – R$ 500.000,00:

O objetivo da Emenda era criar o Programa de Trabalho "13.392.6219.3678.NOVO – Apoio Ana Realização da Ação Cidade Cidadã e Feira Cultural nas Diversas RA's do DF", na UO 16.101 – Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

Ocorre que o no Programa de Trabalho indicado para cancelamento (13.392.6219.3678.5180 – UO 16.101), não há saldo suficiente para realizar o remanejamento proposto. Por este motivo, deu-se o veto a essa Emenda.

Emenda Aditiva nº 87, do Sr. Deputado Israel Batista – R$ 150.050,00:

> 52748 - 000005 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

O objetivo da Emenda era criar o Programa de Trabalho "15.451.6208.1110.NOVO – Execução de Obras de Urbanização na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante", na UO 09.110 – Administração Regional do Núcleo Bandeirante.

Ocorre que a natureza de despesa 44.90.51 da classificação funcional e estrutura programática em questão é oriunda de dotação institucional. O cancelamento proposto deveria ocorrer na natureza de despesa 45.90.51, que é oriunda de emenda parlamentar de autoria do Sr. Deputado Distrital Israel Batista. Por este motivo, deu-se o veto a essa Emenda.

Emenda Aditiva nº 88, do Sr. Deputado Washington Mesquita – R$ 500.000,00:

O objetivo da Emenda era criar os Programas de Trabalho "15.451.6216.5071.NOVO – Construção de Estacionamento na CL 202 – Área Lindeira ao Lote D3, na UO 09.115 – Administração Regional de Santa Maria", "15.451.6208.1110.NOVO – Execução de Obras de Urbanização e Infraestrutura na Região de Águas Claras, na UO 09.122 - Administração Regional de Águas Claras", "15.451.6208.1110.NOVO - Execução de Obras de Urbanização e Infraestrutura na Região do Park Way, na UO 09.126 - Administração Regional do Park Way" e "15.451.6208.1110.NOVO – Execução PEC e Parquinho Infantil na QD SQN 209 de Brasília , na UO 09.103 – Administração Regional de Brasília".

Ocorre que o código da Unidade Orçamentária indicada para cancelamento (22.101 – Secretaria de Estado de Obras) não possui o subtítulo. O Programa de Trabalho está alocado na UO 22.201 – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Por este motivo, deu-se o veto a essa Emenda.

Por essas razões, apus o **veto parcial** ao **Projeto de Lei nº 1.366/2013** e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

AGNELO QUEIROZ
Governador

> SETAS - 000005 <

LEI Nº 5.094 DE 08 DE abril DE 2013.
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 34.656.550,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica aberto, nos termos dos arts. 59 e 63 da Lei n° 4.895, de 26 de julho de 2012, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2013 (Lei nº 5.011, de 28 de dezembro de 2012), crédito adicional, no valor de R$ 34.656.550,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinqüenta reais), com a seguinte composição:

I – crédito suplementar, no valor de R$ 5.908.500,00 (cinco milhões, novecentos e oito mil e quinhentos reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo III;

II – crédito especial, no valor de R$ 28.748.050,00 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil e cinquenta reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo IV.

Art. 2º O crédito adicional de que trata o art. 1º será financiado, nos termos do art. 43, §1°, III, da Lei federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação de dotações orçamentárias constantes dos Anexos I e II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de abril de 2013
125º da República e 53º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

PUBLICADO NO DODF
Nº 72 DE 9 / 4 / 2013

1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 34.656.550,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica aberto, nos termos dos arts. 59 e 63 da Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2013 (Lei nº 5.011, de 28 de dezembro de 2012), crédito adicional, no valor de R$ 34.656.550,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinqüenta reais), com a seguinte composição:

I – crédito suplementar, no valor de R$ 5.908.500,00 (cinco milhões, novecentos e oito mil e quinhentos reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo III;

II – crédito especial, no valor de R$ 28.748.050,00 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil e cinquenta reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo IV.

Art. 2º O crédito adicional de que trata o art. 1º será financiado, nos termos do art. 43, §1º, III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação de dotações orçamentárias constantes dos Anexos I e II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 2013

DEPUTADO AGACIEL MAIA
Vice-Presidente no exercício da Presidência

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 01.000 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 01.101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMATICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	RDG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6005		GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLA										
					ATIVIDADE							
01	122	6005	8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL							
01	122	6005	8502	0070	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CÂMARA LEGISLATIVA DO DF- PLANO PILOTO	01	F	1	90.92	0	100	1.000.000
6005		GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLA										
					ATIVIDADE							
01	122	6005	8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL							
01	122	6005	8502	0070	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CÂMARA LEGISLATIVA DO DF- PLANO PILOTO	01	F	1	90.92	0	100	1.000.000

TOTAL - FISCAL	2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.000.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.110 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	**451**	**6208**	**1110**		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5260	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO NÚCLEO BANDEIRANTE-NÚCLEO BANDEIRANTE	08	F	4	90.51	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	150.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.111 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5430	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE P.E.C. EM CEILANDIA- RA IX - CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	150.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.127 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SETOR COMPL. IND. E ABAST.

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5274	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS NA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	25	F	4	90.51	0	100	458.500

TOTAL - FISCAL	458.500
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	458.500

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.135 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA XXXI

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5530	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUTAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA RA DA FERCAL- FERCAL	31	F	4	90.51	0	100	50.000

TOTAL - FISCAL	50.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	50.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 16.000 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 16.101 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5237	APOIO À TV COMUNITÁRIA	99	F	3	90.39	0	100	100.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5625	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DA VIA SACRA AO VIVO DE PLANALTINA- PLANALTINA	06	F	3	90.39	0	100	300.000
6219		CULTURA										
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5637	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DO PROJETO HIP HOP POR TODA PARTE-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	400.000
6219		CULTURA										
					OPERAÇÃO ESPECIAL							
13	391	6219	9112		APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK							
13	391	6219	9112	0001	APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK – PLANO PILOTO	01	F	3	90.39	0	100	250.000

TOTAL - FISCAL	1.050.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.050.000

ANEXO I

R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 20.000 SEC. DE ESTADO DE DESENV. ECONÔMICO DO DF

UNIDADE 20.101 SEC. DE ESTADO DE DESENV. ECONÔMICO DO DF

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO								
		ATIVIDADE							
04 131 6203 8565		**PUBLICIDADE E PROPAGANDA**							
04 131 6203 8565 5672		PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	700.000

TOTAL - FISCAL	700.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	700.000

> 15155 - 000014 <

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22.000 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 22.101 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5685	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS RA DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	1.000.000

TOTAL - FISCAL	1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.000.000

ANEXO I R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22.000 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 22.291 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REC	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5246	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DIVERSAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	350.000

TOTAL - FISCAL	350.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	350.000

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.105 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					PROJETO							
27	812	6206	1745		**CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES**							
27	812	6206	1745	5433	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA- TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	150.000
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					PROJETO							
27	812	6206	1745		**CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES**							
27	812	6206	1745	5615	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY NA QNM 38/40 DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	200.000
6207		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO										
23	692	6207	1302		**CONSTRUÇÃO DE FEIRAS**							
23	692	6207	1302	5616	CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	150.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5419	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM TAGUATINGA RA- III- TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	450.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5435	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE PEC NA RA - III -TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	150.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5614	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS QUADRAS DA QSF DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	150.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5614	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS QUADRAS DA QSF DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	250.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5438	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NA RA III - TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	3	80.39	0	100	350.000

TOTAL - FISCAL	1.850.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.850.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.111 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					PROJETO							
15	451	6206	3596		IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA							
15	451	6206	3596	5842	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-CONSTRUÇÃO DE 5 PONTOS DE ENCONTRO COMUNITÁRIO - PECS EM CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	30.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1101		IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBA							
15	451	6208	1101	5429	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE ESCADA ROLANTE NO SHOPPING POPULAR DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	150.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5414	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA IX -CEILANDIA-CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	250.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5436	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS- CEILÂNDIA	09	F	3	90.39	0	100	200.000

TOTAL - FISCAL	610.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	610.000

SEFIN - 000038 >

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 09.112 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5794	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM DIVERSAS LOCALIDADES DO GUARÁ- GUARÁ	10	F	4	90.51	0	100	200.000

TOTAL - FISCAL	200.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	200.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.113 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5495	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADRACI- CRUZEIRO	11	F	4	90.51	0	100	162.000

TOTAL - FISCAL	162.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	162.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.115 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5570	EXECUÇÃO DE OBRAS DE UBANIZAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM SANTA MARIA	13	F	4	90.51	0	100	200.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5444	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NA RA XIII - SANTA MARIA- SANTA MARIA	13	F	3	90.35	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	350.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	350.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.116 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMATICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5454	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FEIRA CULTURAL DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	14	F	3	90.39	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	150.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.000

X 02785 - 000122 X

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.119 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
					PROJETO							
27	812	6206	3440		REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES							
27	812	6206	3440	5185	REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS QN 01, QN 05, QN 10/08 E QN 14 DO RIACHO FUNDO I- RIACHO FUNDO	17	F	4	90.51	0	100	562.500
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
					PROJETO							
27	813	6206	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
27	813	6206	3678	5182	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EM PROL DA COMUNIDADE DO RIACHO FUNDO I- RIACHO FUNDO	17	F	3	90.39	0	100	125.000
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5184	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO E ESTACIONAMENTOS DE BLOCOS INTERTRAVADOS- RIACHO FUNDO	17	F	4	90.51	0	100	527.500
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	3089		REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS							
15	451	6208	3089	5188	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-CONSTRUÇÃO DE PONTOS COMUNITÁRIOS NO RIACHO FUNDO I- RIACHO FUNDO	17	F	4	90.51	0	100	225.000
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	3902		REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES							
15	451	6208	3902	5186	REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DE PRAÇA NA QN 01 DO RIACHO FUNDO I- RIACHO FUNDO	17	F	4	90.51	0	100	125.000
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5181	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM PROL DA COMUNIDADE DO RIACHO FUNDO I- RIACHO FUNDO	17	F	3	90.39	0	100	525.000

TOTAL - FISCAL	2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.000.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 09.127 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SETOR COMPL. IND. E ABAST.

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMATICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5274	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS NA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	25	F	4	90.51	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	150.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.000

> 95765 - 000024 <

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.133 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESP	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6202					APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE							
					PROJETO							
10	451	6202	3135		**CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**							
10	451	6202	3135	5427	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE EM VICENTE PIRES-VICENTE PIRES	30	S	4	90.51	0	100	50.000
6208					DESENVOLVIMENTO URBANO							
					PROJETO							
15	451	6208	1101		**IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBA**							
15	451	6208	1101	5428	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE VIAS LIGANDO A RUA DA MISERICORDIA A AV. DAS PALMEIRAS - VICENTE PIRES	30	F	4	90.51	0	100	50.000
6208					DESENVOLVIMENTO URBANO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5422	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE CALÇADA NA RUA DA MISERICORDIA- VICENTE PIRES	30	F	4	90.51	0	100	150.000
6208					DESENVOLVIMENTO URBANO							
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5425	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE P.E.C. EM FRENTE A CHACARA 65- VICENTE PIRES	30	F	4	90.51	0	100	150.000
6208					DESENVOLVIMENTO URBANO							
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5450	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA - XXX - VICENTE PIRES- VICENTE PIRES	30	F	4	90.51	0	100	1.400.000
6219					CULTURA							
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5452	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE VICENTE PIRES - RA XXX- VICENTE PIRES	30	F	3	90.39	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	1.900.000
TOTAL - SEGURIDADE	50.000
TOTAL - GERAL	1.950.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.135 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA XXXI

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5530	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUTAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA RA DA FERCAL- FERCAL	31	F	4	90.51	0	100	50.000

TOTAL - FISCAL	50.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	50.000

2013579 - 000026

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 11.000 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

UNIDADE 11.101 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6222		PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA										
					PROJETO							
14	241	6222	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
14	241	6222	3678	5668	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DIA NACIONAL DO IDOSO-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	300.000

TOTAL - FISCAL	300.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	300.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 16.000 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 16.101 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6219		CULTURA										
					ATIVIDADE							
13	392	6219	4090		**APOIO A EVENTOS**							
13	392	6219	4090	5460	APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	100.000
6219		CULTURA										
					ATIVIDADE							
13	392	6219	4090		**APOIO A EVENTOS**							
13	392	6219	4090	5821	APOIO A EVENTOS-FOMENTO A ARTE E CULTURA NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	300.000
6219		CULTURA										
13	392	6219	4090		**APOIO A EVENTOS**							
13	392	6219	4090	5833	APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO TRIBUTO AO REI ROBERTO CARLOS- CEILÂNDIA	99	F	3	90.39	0	100	90.000
6219		CULTURA										
					ATIVIDADE							
13	451	6219	4090		**APOIO A EVENTOS**							
13	451	6219	4090	5147	APOIO REALIZAÇÃO EVENTOS CULTURAIS E EDUCCIONAIS EM TODO DF.	99	F	3	90.39	0	100	150.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	1285		**IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE INCENTO À LEITURA**							
13	392	6219	1285	5767	IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE INCENTIVO À LEITURA-PROMOÇÃO DE AÇÕES DO PLANO DISTRITAL DO LIVRO E LEITURA E EVENTOS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	300.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	1285		**IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE INCENTO À LEITURA**							
13	392	6219	1285	5767	IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE INCENTIVO À LEITURA-PROMOÇÃO DE AÇÕES DO PLANO DISTRITAL DO LIVRO E LEITURA E EVENTOS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	100.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3178		**REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATR**							
13	392	6219	3178	5768	REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	100.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3178		**REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATR**							
13	392	6219	3178	5768	REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	100.000

TOTAL - FISCAL	1.240.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.240.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 16.000 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 16.101 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3178		**REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATR**							
13	392	6219	3178	5768	REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	150.000
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3178		**REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATR**							
13	392	6219	3178	5768	REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	50.000
6219	CULTURA											
13	392	6219	3178		**REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATR**							
13	392	6219	3178	5768	REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	100.000
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5163	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO NA REALIZAÇÃO DO PROJETO FESTIVAL DE BANDAS NAS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL"-DISTRITO FEDERAL"	99	F	3	90.39	0	100	140.000
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5165	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM PROL DA COMUNIDADE DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	3	90.39	0	100	210.000
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5166	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM PROL DA COMUNIDADE DO GAMA- GAMA	02	F	3	90.39	0	100	150.000
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5169	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS DO GRUPO CAPOEIRA ANTIGA ARTE-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	60.000
6219	CULTURA											
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5170	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS LGBT DA AGLS - DFE NA CIDADE DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	03	F	3	90.39	0	100	60.000

TOTAL - FISCAL	920.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	920.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 16.000 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 16.101 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5171	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS LGBT DO GRUPO AMIZADE LGBT DO GAMA- GAMA	02	F	3	90.39	0	100	90.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5172	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS LGBT DO GRUPO LGBT DE BRAZLANDIA- BRAZLÂNDIA	04	F	3	90.39	0	100	30.000
6219		CULTURA										
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5174	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS DA ASSOCIAÇÃO MORADORES DA VILA PLANALTO- PLANO PILOTO	01	F	3	90.39	0	100	150.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5177	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS DA ASSOCIAÇÃO GRITO DE LIBERDADE-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	50.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5178	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS DO GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA BOLA PRETA- SOBRADINHO	05	F	3	90.39	0	100	50.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5179	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	14	F	3	90.39	0	100	140.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5180	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO NA REALIZAÇÃO DA AÇÃO CIDADE CIDADÃ E FEIRA CULTURAL NAS RA-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	500.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5417	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES CULTURAIS NAS DIVERSAS RAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	1.450.000

TOTAL - FISCAL	2.460.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.460.000

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 20.000 SEC. DE ESTADO DE DESENV. ECONÔMICO DO DF

UNIDADE 20.101 SEC. DE ESTADO DE DESENV. ECONÔMICO DO DF

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO											
					ATIVIDADE							
04	131	6203	8505		**PUBLICIDADE E PROPAGANDA**							
04	131	6203	8505	5672	PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	200.000
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO											
					ATIVIDADE							
04	131	6203	8505		**PUBLICIDADE E PROPAGANDA**							
04	131	6203	8505	5672	PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	500.000
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO											
04	131	6203	8505		**PUBLICIDADE E PROPAGANDA**							
04	131	6203	8505	5672	PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	600.000
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO											
					ATIVIDADE							
04	131	6203	8505		**PUBLICIDADE E PROPAGANDA**							
04	131	6203	8505	5672	PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	400.000

TOTAL - FISCAL	2.300.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.300.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22.000 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 22.101 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS							
		PROJETO							
15 812 6206 3596		**IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA**							
15 812 6206 3596 3136		IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE ENCONTRO COMUNITÁRIO-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	50.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO							
		PROJETO							
15 451 6208 1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15 451 6208 1110 0147		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DF	99	F	4	90.51	0	100	150.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO							
15 451 6208 1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15 451 6208 1110 5108		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	100.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO							
		PROJETO							
15 451 6208 1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15 451 6208 1110 5664		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	600.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO							
		PROJETO							
15 451 6208 1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15 451 6208 1110 5664		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	800.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO							
		PROJETO							
15 451 6208 1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15 451 6208 1110 5664		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	300.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO							
		PROJETO							
15 451 6208 1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15 451 6208 1110 5723		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	150.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO							
		PROJETO							
15 451 6208 1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15 451 6208 1110 5723		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	500.000

TOTAL - FISCAL	2.650.050
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.650.050

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22.000 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 22.101 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMATICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5726	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	500.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5756	CONSTRUÇÃO DE PEC AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	500.000
6219		CULTURA										
15	392	6219	5968		CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL							
15	392	6219	5968	5120	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL-APOIO A CONSTRUÇÃO / REFORMA DO COMPLEXO CULTURAL DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV - DE ACORDO COM A LEI Nº 4.775, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2.012 - SÃO SEBASTIÃO	14	F	4	90.51	0	100	50.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
15	392	6219	5968		CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL							
15	392	6219	5968	5120	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL-APOIO A CONSTRUÇÃO / REFORMA DO COMPLEXO CULTURAL DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV - DE ACORDO COM A LEI Nº 4.775, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2.012 - SÃO SEBASTIÃO	14	F	4	90.51	0	100	150.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
15	392	6219	5968		CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL							
15	392	6219	5968	5120	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL-APOIO A CONSTRUÇÃO / REFORMA DO COMPLEXO CULTURAL DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV - DE ACORDO COM A LEI Nº 4.775, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2.012 - SÃO SEBASTIÃO	14	F	4	90.51	0	100	100.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
15	392	6219	5968		CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL							
15	392	6219	5968	5120	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL-APOIO A CONSTRUÇÃO / REFORMA DO COMPLEXO CULTURAL DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV - DE ACORDO COM A LEI Nº 4.775, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2.012 - SÃO SEBASTIÃO	14	F	4	90.51	0	100	200.000

TOTAL - FISCAL	1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.500.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22.000 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 22.201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					PROJETO							
15	812	6206	1745		CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES							
15	812	6206	1745	5641	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NO 18º GBM EM SANTA MARIA- SANTA MARIA	13	F	4	90.51	0	100	50.000
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					PROJETO							
27	812	6206	1745		CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES							
27	812	6206	1745	5539	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE 04 QUADRAS DE ESPORTES EM CEILÂNDIA-CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	600.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
15	031	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	031	6208	1110	5730	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENCONTROS COMUNITÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	600.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	031	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	031	6208	1110	5730	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENCONTROS COMUNITÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	100.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	031	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	031	6208	1110	5730	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENCONTROS COMUNITÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	90.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	031	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	031	6208	1110	5730	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENCONTROS COMUNITÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	110.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	031	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	031	6208	1110	5730	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENCONTROS COMUNITÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	80.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	031	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	031	6208	1110	5730	CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENCONTROS COMUNITÁRIOS	99	F	4	90.51	0	100	190.000

TOTAL - FISCAL	1.840.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.840.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22.000 SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 22.201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5246	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DIVERSAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	150.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5246	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DIVERSAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	126.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5246	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DIVERSAS NAS RA'S DO DF	99	F	4	90.51	0	100	300.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	5246	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DIVERSAS NAS RA'S DO DF	99	F	4	90.51	0	100	30.000

TOTAL - FISCAL	606.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	606.000

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 23.000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 23.901 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMATICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6202	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE											
					PROJETO							
10	302	6202	3140		**CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM**							
10	302	6202	3140	5746	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-CONSTRUÇÃO HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO-SÃO SEBASTIÃO	14	S	4	90.51	8	100	100.000
6202	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE											
					PROJETO							
10	302	6202	3140		**CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM**							
10	302	6202	3140	5751	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-CONSTRUÇÃO HOSPITAL RECANTO DAS EMAS- RECANTO DAS EMAS	15	S	4	90.51	8	100	100.000

TOTAL - FISCAL	0
TOTAL - SEGURIDADE	200.000
TOTAL - GERAL	200.000

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 27.000 SECRETARIA DE EST. DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 27.101 SECRETARIA DE EST. DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6201		AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL										
					ATIVIDADE							
23	691	6201	4090		APOIO A EVENTOS							
23	691	6201	4090	5303	APOIO A EVENTOS-APOIO A FEIRA DO EMPREENDEDOR 2013-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	50.39	0	100	100.000

TOTAL - FISCAL	100.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	100.000

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 34.000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DO DF

UNIDADE: 34.101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DO DF

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
					ATIVIDADE							
27	812	6206	4090		APOIO A EVENTOS							
27	812	6206	4090	5300	APOIO A EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	150.000
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
					ATIVIDADE							
27	812	6206	4090		APOIO A EVENTOS							
27	812	6206	4090	5300	APOIO A EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	800.000
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
27	812	6206	4090		APOIO A EVENTOS							
27	812	6206	4090	5300	APOIO A EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	400.000
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
					ATIVIDADE							
27	812	6206	4090		APOIO A EVENTOS							
27	812	6206	4090	5300	APOIO A EVENTOS-APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	1.350.000
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
					PROJETO							
27	812	6206	1745		CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES							
27	812	6206	1745	5555	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPOS SINTÉTICOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	400.000
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS											
					PROJETO							
27	812	6206	1745		CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES							
27	812	6206	1745	5556	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	99	F	4	90.51	0	100	100.000
6219	CULTURA											
					ATIVIDADE							
13	392	6219	4090		APOIO A EVENTOS							
13	392	6219	4090	5808	APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DE 10 EDIÇÕES DO EVENTO RÁDIO FEIRA SHOW-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	400.000

TOTAL - FISCAL	3.600.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	3.600.000

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 44.000 SEC. DE JUSTIÇA, DIR. HUMANOS E CIDADANIA

UNIDADE: 44.101 SEC. DE JUSTIÇA, DIR. HUMANOS E CIDADANIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6003	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P											
					PROJETO							
15	451	6003	1984		**CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS**							
15	451	6003	1984	5835	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DE GALPÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	350.000

TOTAL - FISCAL	350.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	350.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 45.000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP. E CONTROLE DO DF

UNIDADE 45.101 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP. E CONTROLE DO DF

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6003	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P											
					ATIVIDADE							
04	126	6003	2557		GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI							
04	126	6003	2557	6016	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI-SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO DF- PLANO PILOTO	01	F	3	90.39	0	100	100.000

TOTAL - FISCAL	100.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	100.000

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 50.000 SECRETARIA DE EST. DE PUBLIC. INSTITUCIONAL DO DF

UNIDADE 50.101 SECRETARIA DE EST. DE PUBLIC. INSTITUCIONAL DO DF

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO											
					ATIVIDADE							
04	131	6203	8505		PUBLICIDADE E PROPAGANDA							
04	131	6203	8505	8693	PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - SECRETARIA DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	3.000.000

TOTAL - FISCAL	3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	3.000.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 01.000 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 01.101 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
0001	PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL								
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
28 846	0001 9050	**RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUICÕES**							
28 846	0001 9050 0846	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	01	F	1	90.96	0	100	1.000.000
0001	PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL								
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
28 846	0001 9050	**RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUICÕES**							
28 846	0001 9050 0846	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	01	F	1	90.94	0	100	1.000.000

TOTAL - FISCAL	2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.000.000

ANEXO III R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.107 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6003	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P								
		PROJETO							
15 451	6003 3903	**REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS**							
15 451	6003 3903 9635	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	05	F	4	90.51	0	100	1.000.000

TOTAL - FISCAL	1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.000.000

ANEXO III

R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.108 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		**REALIZAÇÃO DE EVENTOS**							
13	392	6219	3678	5449	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A FESTA DE PENTECOSTES NA RA DE PLANALTINA - PLANALTINA	06	F	3	90.39	0	100	50.000

TOTAL - FISCAL	50.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	50.000

ANEXO III

R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 09.117 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5291	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- RECANTO DAS EMAS	15	F	4	90.51	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	150.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.000

ANEXO III

R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.130 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	5290	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- ITAPOÃ	28	F	4	90.51	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	150.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 16.000 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 16.101 SECRETARIA DE EST. DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMATICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5237	APOIO A TV COMUNITARIA	99	F	3	50.39	0	100	100.000
6219		CULTURA										
					PROJETO							
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5296	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	50.39	0	100	1.000.000
6219		CULTURA										
13	392	6219	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
13	392	6219	3678	5637	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DO PROJETO HIP HOP POR TODA PARTE-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	50.39	0	100	400.000
6219		CULTURA										
					OPERAÇÃO ESPECIAL							
13	391	6219	9112		APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK							
13	391	6219	9112	0001	APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-- PLANO PILOTO	01	F	3	50.39	0	100	250.000

TOTAL - FISCAL	1.750.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	1.750.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 34.000 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DO DF

UNIDADE 34.101 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DO DF

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					ATIVIDADE							
27	812	6206	4091		APOIO A PROJETOS							
27	812	6206	4091	0011	APOIO A PROJETOS-LIGAS DE FUTEBOL AMADOR-DISTRITO FEDERAL	99	F	3	90.39	0	100	350.000

TOTAL - FISCAL	350.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	350.000

> 55768 - 000048 <

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 90.000 RESERVA DE CONTINGENCIA

UNIDADE: 90.101 RESERVA DE CONTINGENCIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
99 999	9999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
99 999	9999 9999	6001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	99	F	9	99.99	0	100	458.500

TOTAL - FISCAL	458.500
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	458.500

ANEXO IV

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.101 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMATICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTITULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6222		PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA										
					PROJETO							
14	241	6222	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
14	241	6222	3678	20071	DIA NACIONAL DO IDOSO	99	F	3	90.39	0	100	300.000

TOTAL - FISCAL	300.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	300.000

< 00000 - 97153 >

ANEXO IV

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.103 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	NOVO	EXECUÇÃO PEC E PARQUINHO INFANTIL NA QD SQN 209 DE BRASILIA	01	F	4	90.51	0	100	80.000

TOTAL - FISCAL	80.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	80.000

ANEXO IV

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.105 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206					ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS							
					PROJETO							
15	813	6206	3596		**IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA**							
15	813	6206	3596	20121	CONSTRUÇÃO DE PLAY GROUNDS NA AE EM FENTE A QSF 11/15 DE TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	50.000
6206					ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS							
					PROJETO							
27	812	6206	3440		**REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES**							
27	812	6206	3440	20118	REFORMA DE QUADRA DE ESPORTE NA QNM-38/40 DE TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	200.000
6216					TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE							
15	453	6216	5071		**CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS**							
15	453	6216	5071	20113	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA A/E EM FRENTE A QSF 11/15 DE TAGUATINGA	03	F	4	90.51	0	100	150.000
6219					CULTURA							
					ATIVIDADE							
13	392	6219	4089		**CAPACITAÇÃO DE PESSOAS**							
13	392	6219	4089	20116	APOIO ÀS ATIVIDADES DA CIA ARTCUM	03	F	3	90.39	0	100	250.000

TOTAL - FISCAL	650.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	650.000

ANEXO IV

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.168 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	NOVO	CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO NA FEIRA DE PLANALTINA	05	F	4	90.51	0	100	200.000

TOTAL - FISCAL	200.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	200.000

ANEXO IV

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.109 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	20139	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO NO PARANOÁ	07	F	4	90.51	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	150.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.000

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.110 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	NOVO	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	99	F	4	90.51	0	100	150.050

TOTAL - FISCAL	150.050
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	150.050

ANEXO IV

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

R$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.111 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6003		GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P										
					PROJETO							
15	451	6003	1984		**CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS**							
15	451	6003	1984	20123	CONSTRUÇÃO DE GALPÃO PARA A JUNTA DE SERVIÇO MILITAR DE CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	350.000
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					PROJETO							
27	812	6206	1745		**CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES**							
27	812	6206	1745	20122	CONSTRUÇÃO DE 02 QUADRAS POLIESPORTIVAS EM CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	600.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	20106	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA IX	09	F	4	90.51	0	100	800.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	20107	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO DO HOSPITAL DA CEILÂNDIA	09	F	4	90.51	0	100	300.000
6216		TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE										
					PROJETO							
15	451	6216	3467		**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS**							
15	451	6216	3467	20124	AQUISIÇÃO DE ESTAÇÃO TOTAL COMPLETA COM ACESSÓRIOS PARA LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS DE MÉDIA CAPACIDADE	09	F	4	90.52	0	100	30.000
6219		CULTURA										
					ATIVIDADE							
13	392	6219	4090		**APOIO A EVENTOS**							
13	392	6219	4090	20142	APOIO A FOMENTO CULTURAL NA CIDADE DE CEILÂNDIA.	09	F	3	90.39	0	100	300.000

TOTAL - FISCAL	2.380.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.380.000

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 99.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.112 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6206		ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS										
					PROJETO							
27	812	6206	3678		REALIZAÇÃO DE EVENTOS							
27	812	6206	3678	20130	APOIO A REALIZAÇÃO DA 5ª CORRIDA DE RUA DO GUARÁ	10	F	3	90.39	0	100	50.000
6208		DESENVOLVIMENTO URBANO										
					PROJETO							
15	451	6208	1110		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							
15	451	6208	1110	20130	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	10	F	4	90.51	0	100	150.000
6219		CULTURA										
13	391	6219	4091		APOIO A PROJETOS							
13	391	6219	4091	20072	APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS E PALESTRAS SOBRE O RESGATE E PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DO GUARÁ	10	F	3	90.39	0	100	200.000
6219		CULTURA										
					ATIVIDADE							
13	392	6219	4090		APOIO A EVENTOS							
13	392	6219	4090	20135	APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO TRIBUTO AO REI ROBERTO CARLOS	10	F	3	90.39	0	100	90.000

TOTAL - FISCAL	490.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	490.000

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE 09.113 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC		PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ULEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6211		GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL										
					ATIVIDADE							
08	242	6211	4138		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS**							
08	242	6211	4138	281.56	APOIO AOS PROJETOS DA ABRACI	11	S	3	90.39	0	100	162.000

TOTAL - FISCAL	0
TOTAL - SEGURIDADE	162.000
TOTAL - GERAL	162.000

> 00059 - SEFIS <

ANEXO IV R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

ANEXO À LEI Nº SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 09.000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE: 09.114 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA				PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	REG	ESF	GND	MOD/ELEM	USO	FTE	DOTAÇÃO
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	1110		**EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO**							
15	451	6208	1110	20105	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA XII	12	F	4	90.51	0	100	600.000
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO											
					PROJETO							
15	451	6208	3902		**REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES**							
15	451	6208	3902	20100	INSTALAÇÃO DE PECS EM DIVERSAS ÁREAS DE SAMAMBAIA	12	F	4	90.51	0	100	150.000

TOTAL - FISCAL	750.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	750.000